



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –  
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA  
AMÉRICA LATINA**

**CLÓVIS MOURA E GILBERTO FREYRE: UM ANTAGONISMO RADICALMENTE  
NÃO HARMÔNICO**  
ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DE DOIS CLÁSSICOS DO PENSAMENTO SOCIAL  
BRASILEIRO: *CASA GRANDE & SENZALA* E *REBELIÕES DA SENZALA*

**JOÃO LUCAS SANTOS ANDRADE**

Foz do Iguaçu  
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA – SOCIEDADE,  
ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA**

**CLÓVIS MOURA E GILBERTO FREYRE: UM ANTAGONISMO RADICALMENTE NÃO  
HARMÔNICO**

**ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DE DOIS CLÁSSICOS DO PENSAMENTO SOCIAL  
BRASILEIRO: *CASA GRANDE & SENZALA* E *REBELIÕES DA SENZALA***

**JOÃO LUCAS SANTOS ANDRADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maíra Machado Bichir

Foz do Iguaçu  
2024

JOÃO LUCAS SANTOS ANDRADE

**CLÓVIS MOURA E GILBERTO FREYRE: UM ANTAGONISMO RADICALMENTE NÃO  
HARMÔNICO**

ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DE DOIS CLÁSSICOS DO PENSAMENTO SOCIAL

BRASILEIRO: *CASA GRANDE & SENZALA* E *REBELIÕES DA SENZALA*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Prof. Dra. Maíra Machado Bichir  
UNILA

---

Prof. Dr. Rogério Gimenes Giugliano  
UNILA

---

Prof. Dr. Waldemir Rosa  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): \_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Tipo de Documento

(.....) graduação (.....) artigo

(.....) especialização (.....) trabalho de conclusão de curso

(.....) mestrado (.....) monografia

(.....) doutorado (.....) dissertação

(.....) tese

(.....) CD/DVD – obras audiovisuais

(.....) \_\_\_\_\_

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_ Data

da Defesa: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

**a)** Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

**b)** Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração LatinoAmericana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca LatinoAmericana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

Para Maria Aparecida Santos e Angela  
Cristina dos Santos, pela ternura e “estranha  
mania de ter fé na vida”.

## AGRADECIMENTOS

A todos os ancestrais e minhas matriarcas, avó e mãe. Nada se faz só e sou porque somos.

À Maíra Machado Bichir, minha grande professora ao longo de toda graduação. Quem tanto ensina e inspira acerca do marxismo e pensamento crítico, particularmente latino-americano. Sou extremamente grato por cada disciplina, pelas orientações e motivações.

Ao Rogério Gimenes Giugliano, professor de muitas disciplinas ao longo da minha graduação, das quais me influenciaram no gosto particular pelo estudo do pensamento social, em especial do Brasil e América Latina.

Ao professor Dr. Waldemir Rosa, por aceitar compor a banca e pelas contribuições acadêmicas na importante área de antropologia das relações raciais e da diáspora africana na América Latina e Caribe.

A minha irmã, professora e grande cúmplice de brincadeiras e bobagens, Barbara. Quem mais me motiva a seguir.

À Diana e à Miguelito. Por não me deixarem esquecer como é bom viver criança.

Ao meu irmão, Carlos. Que não pode estar presente durante esses momentos. Seguimos em luta por um mundo de paz, justiça e liberdade.

Ao meu irmão, Mathias. Por tantos risos, choros e sonhos. E que bom é viver os sonhos...

A toda minha grande e amada família. Correndo o risco de injustiças e puxões de orelha, não poderia deixar de agradecer especialmente à Tia Nadia, Bruna, Julia e Neto (VAI CORINTHIANS!); Alê; Tia Ana; Tio Kiko e Tia Esther; Tio Roberto, Tio Jonca e Tio Juca.

As pessoas que construíram os movimentos de ocupação das escolas públicas e estaduais do Estado de São Paulo, durante o período que estive no ensino médio. Ali tive meu primeiro contato com a *práxis*.

As pessoas camaradas da juventude e coletivos que compuseram a Brigada Solidária Carolina Maria de Jesus. Com vocês tive minhas maiores esperanças durante o período pandêmico.

As pessoas que compõem a luta do Movimento por uma Universidade Popular (MUP) em todo país.

As pessoas colegas e professoras da UNILA. Que nossos saberes sigam em movimento e partilha, pela transformação necessária e possível por um mundo melhor e bem viver.

As pessoas que tanto me fizeram sorrir, amar e construíram as melhores memórias durante essa aventura: Thamara, Olavin, Dona Sandra, Léo, Carlos, Dani, Caio, Paulin, Josi, Ariadne, Renan e a minha amigona, Yumi.

Aos parceiros “dasantiga” e companheiros desde a minha infância, Jorge, Mauro (*In memoriam*), Nesta e Pedro Paulo, pela companhia de tantas horas, por cada “boa onda”, “oreiada” e inspiração.

À Lely (*In memoriam*). Por nossa amizade e partilhas.

Por último, mas não menos importante, ao Jão Luskinha. Quem aprendeu sobre a dor cedo demais. Voltei naquela noite e fiz o que prometemos. Seguimos, vivendo e sonhando.

## MEU CANTO DE GUERRA

Eu canto na guerra  
Como cantei na paz,  
Pois o meu poema  
É universal.  
É o homem que sofre,  
O homem que geme,  
É o lamento  
Do povo oprimido,  
Da gente sem pão...  
É o gemido  
De todas as raças,  
De todos os homens  
É o poema  
Da multidão!

(Solano Trindade)



SANTOS ANDRADE, João Lucas. Clóvis Moura e Gilberto Freyre: um antagonismo radicalmente não-harmônico - Estudo Bibliográfico de dois clássicos do Pensamento Social Brasileiro: *Casa-Grande & Senzala* e *Rebeliões da Senzala*. 2024. 66 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2024

## RESUMO

O presente escrito tem por objetivo realizar uma contribuição a uma agenda coletiva de pesquisas do pensamento social brasileiro, que possibilite a compreensão das características fundamentais da formação social brasileira e as relações raciais e de classes que a compõem. Realizamos uma pesquisa bibliográfica, complementada por um estudo aproximativo no campo metodológico de história das ideias, no qual consideramos a íntima relação dialética entre obra, autor e contexto sócio-histórico de produção de duas obras: *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura. Partindo da questão: qual a compreensão de cada autor a respeito das características gerais da formação social brasileira? E, como as relações de classe e raça são interpretadas por eles?, realizamos uma revisão bibliográfica baseada nas obras em questão e em comentadores. A análise aponta para a necessidade de compreender as razões pelas quais autores como Moura, que ofereceram uma interpretação original e profunda da realidade brasileira, ainda são marginalizados nos meios acadêmicos, sugerindo que isso pode estar relacionado à sua postura de disputa teórico-política contra "pensadores da ordem". Ao mesmo tempo, reconhece-se a relevância contínua de autores clássicos como Gilberto Freyre, cujas obras são fundamentais para a compreensão do Brasil, embora a reflexão crítica também seja essencial para ampliar o debate e o entendimento das complexidades do racismo e das relações de classe no Brasil. Assim, ressalta-se a importância de aprofundar a compreensão teórica dessas questões para avançar no debate acadêmico e político sobre a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Pensamento Social Brasileiro; Formação Social Brasileira; Clóvis Moura; Gilberto Freyre

SANTOS ANDRADE, João Lucas. Clóvis Moura y Gilberto Freyre: un antagonismo radicalmente no armónico - Estudio Bibliográfico de dos clásicos del Pensamiento Social Brasileño: Casa-Grande & Senzala y Rebeliões da Senzala. 2024. 66 páginas. Trabajo de Conclusión de Curso (Grado en Ciencia Política y Sociología – Sociedad, Estado y Política en América Latina) – Universidad Federal de Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2024

## RESUMEN

El presente escrito tiene como objetivo realizar una contribución a una agenda colectiva de investigaciones del pensamiento social brasileño, que posibilite la comprensión de las características fundamentales de la formación social brasileña y las relaciones raciales y de clases que la componen. Realizamos una investigación bibliográfica, complementada por un estudio aproximativo en el campo metodológico de la historia de las ideas, en el cual consideramos la íntima relación dialéctica entre obra, autor y contexto sociohistórico de producción de dos obras: "Casa-Grande & Senzala", de Gilberto Freyre, y "Rebeliões da Senzala", de Clóvis Moura. Partiendo de la pregunta: ¿cuál es la comprensión de cada autor respecto a las características generales de la formación social brasileña? Y, ¿cómo interpretan ellos las relaciones de clase y raza?, realizamos una revisión bibliográfica basada en las obras mencionadas y en comentaristas. El análisis señala la necesidad de comprender las razones por las cuales autores como Moura, quienes ofrecieron una interpretación original y profunda de la realidad brasileña, aún son marginados en los medios académicos, sugiriendo que esto puede estar relacionado con su postura de disputa teórico-política contra "pensadores del orden". Al mismo tiempo, se reconoce la relevancia continua de autores clásicos como Gilberto Freyre, cuyas obras son fundamentales para la comprensión de Brasil, aunque la reflexión crítica también es esencial para ampliar el debate y la comprensión de las complejidades del racismo y las relaciones de clase en Brasil. Así, se destaca la importancia de profundizar en la comprensión teórica de estas cuestiones para avanzar en el debate académico y político sobre la sociedad brasileña.

**Palabras clave:** Pensamiento Social Brasileño; Formación Social Brasileña; Clóvis Moura; Gilberto Freyre

SANTOS ANDRADE, João Lucas. Clóvis Moura and Gilberto Freyre: a radically non-harmonic antagonism - Bibliographic Study of two classics of Brazilian Social Thought: Casa-Grande & Senzala and Rebeliões da Senzala. 2024. 66 pages. Bachelor's Thesis (Degree in Political Science and Sociology – Society, State, and Politics in Latin America) – Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2024.

## ABSTRACT

The present writing aims to make a contribution to a collective research agenda of Brazilian social thought, enabling the understanding of the fundamental characteristics of Brazilian social formation and the racial and class relations that compose it. We conducted a bibliographic research, complemented by an approximate study in the methodological field of the history of ideas, in which we considered the intimate dialectical relationship between work, author, and socio-historical context of production of two works: "Casa-Grande & Senzala" by Gilberto Freyre, and "Rebeliões da Senzala" by Clóvis Moura. Starting from the question: what is each author's understanding regarding the general characteristics of Brazilian social formation? And, how do they interpret class and race relations? We conducted a bibliographic review based on the works in question and commentators. The analysis points to the need to understand the reasons why authors like Moura, who offered an original and deep interpretation of Brazilian reality, are still marginalized in academic circles, suggesting that this may be related to their theoretical-political dispute against "order thinkers". At the same time, the continuous relevance of classic authors like Gilberto Freyre is recognized, whose works are fundamental for understanding Brazil, although critical reflection is also essential to broaden the debate and understanding of the complexities of racism and class relations in Brazil. Thus, it emphasizes the importance of deepening the theoretical understanding of these issues to advance the academic and political debate on Brazilian society.

**Keywords:** Brazilian Social Thought; Brazilian Social Formation; Clóvis Moura; Gilberto Freyre

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO - BRASIL: QUE QUIZUMBA É ESSA?.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1: GILBERTO FREYRE E A OBRA CASA-GRANDE &amp; SENZALA.....</b>	<b>19</b>
1.1 - RESUMO DA BIOGRAFIA, INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E CONTEXTO DE PRODUÇÃO.....	19
1.2 - COMPREENSÃO SOBRE BRASIL E AS RELAÇÕES RACIAIS E DE CLASSE: O EQUILÍBRIO/HARMONIA ENTRE OS ANTAGÔNICOS.....	23
1.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: CRÍTICAS E CONTROVÉRSIAS EM TORNO DE SUA OBRA (POSSIBILIDADE E LIMITES).....	32
<b>CAPÍTULO 2: CLÓVIS MOURA E A OBRA REBELIÕES DA SENZALA.....</b>	<b>39</b>
2.1 - RESUMO DA BIOGRAFIA, INFLUÊNCIA TEÓRICAS E CONTEXTO DE PRODUÇÃO.....	39
2.2 - COMPREENSÃO SOBRE BRASIL E AS RELAÇÕES RACIAIS E DE CLASSE: O ANTAGONISMO RADICAL: SENHORES E ESCRAVOS.....	44
2.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: CRÍTICA ÀS IDEOLOGIAS DOMINANTES E A DISPUTA POLÍTICA NA PRODUÇÃO TEÓRICA.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO - BRASIL: QUE QUIZUMBA É ESSA?

(...)

O conhecimento é assim:  
 ri de si mesmo  
 e de suas certezas.  
 É meta da forma  
 metamorfose  
 movimento  
 fluir do tempo  
 que tanto cria como arrasa  
 a nos mostrar que para o voo  
 é preciso tanto o casulo  
 como a asa.

**Mauro Iasi, Aula de Voo**

O presente escrito tem como objetivo realizar uma contribuição a uma agenda coletiva de pesquisas desde do campo do pensamento social brasileiro, que possibilite a compreensão das características fundamentais da formação social brasileira e as relações raciais e de classes que a compõem, bem como suas particularidades no conjunto da formação social latinoamericana. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica, complementada por uma primeira aproximação ao campo metodológico de história das ideias, na qual consideramos a íntima relação dialética entre obra, autor e contexto sócio-histórico de produção. Logo, a nossa trajetória pessoal também é relevante para compreensão do contexto em que vivemos, as dinâmicas e desafios do presente, bem como as perguntas e interpretações que formulamos. Nesse sentido, gostaríamos de iniciar nossa exposição a partir de um breve relato de história pessoal e questões que condicionaram até os marcos teóricos da presente pesquisa.

Filho de uma família trabalhadora, de mãe solo e miscigenada, não estando isento de privilégios por ser um homem branco, em meados do ano de 2015, eu era mais um estudante de ensino médio em uma escola pública estadual do interior do estado de São Paulo, mais especificamente na cidade de Taubaté. No entanto, depois de anos de mudanças por conta do preço do aluguel, minha família residia um pouco mais para o interior, em São Luiz do Paraitinga. Esse fato me obrigava a acordar cedo, pegar um ônibus às 5:30 hrs e chegar em Taubaté por volta das 7:00 hrs. Eu caminhava até a escola e esperava o início das aulas, às 8:00 hrs. Não havia merenda, e geralmente eu tinha apenas um copo de leite que tomava antes de sair de casa. Ao meio-dia, as aulas terminavam. Eu caminhava novamente até a rodoviária e esperava o ônibus de volta para São Luiz do Paraitinga, que saía quase às 15 horas. Nesse tempo, a barriga já ardia e eu buscava me distrair com algumas leituras de livros que emprestava na escola ou na

biblioteca pública. Era difícil pensar e me concentrar com fome, mas a rotina era essa, e assim normalizei.

Por linhas tortas, fui desenvolvendo o hábito da leitura e um particular interesse pelo estudo da história do Brasil. A região em que sempre vivi - e toda minha grande família também - era Taubaté e São Luiz. Isso despertou em mim o interesse em compreender melhor a história desses lugares que, desde muito cedo, me possibilitaram contato e participação em uma série de manifestações da cultura popular, como congadas, moçambiques, rodas de jongo e capoeira, maracatus e tantos outros baques e batuques. Os casarões históricos do pequeno centro de São Luiz do Paraitinga, as roças, matas e pastos, a "estátua do bandeirante" e o decadente centro histórico de Taubaté, as ruas e vielas dos bairros em que morei, mas também a Dutra, "eixo do Brasil"; tudo me direcionava para querer entender melhor como foi composto aquele cenário tão desigual - que, mesmo tendo um quê de turístico e suposta riqueza, não deixou de ser feito com muito sangue, suor e trabalho.

Em uma leitura de um livreto que encontrei ao acaso, relatando algumas características do passado de São Luiz do Paraitinga feitas por um jurista, na parte "*Curiosidades Forense*" estava:

Tendo se espalhado idéias comunistas e contrárias ao direito de propriedade [sic.] entre o ex escravos e a população rústica do município, segundo me consta, até reunido-se em grande grupo para solenizar sessões em que tratão [sic.] talvez de executar idéias tão perigosas, recomendo a observância do art 285 do regto, do cod. crim. como prova de zelo (Aguiar, 2011, p.72).

Aquela leitura foi mais uma que me despertou algumas questões sobre como havia sido o passado. Por que tão pouco era dito sobre, e quem eram as pessoas que foram escravizadas e a "população rústica"? Por que da ameaça comunista e ataque à propriedade? Por que a estátua de um bandeirante? Por que a desigualdade racial? Por que em uma região supostamente rica, as pessoas seguiam pobres, "vivendo de aluguel" e trabalhando tanto por tão pouco? O jovem de 16 anos estava inquieto...

Em 2016, a partir de uma organização coletiva entre estudantes secundaristas, a escola em que eu estudava passou por um processo de ocupação. Ali, junto com diversas outras colegas que também sentiam o peso da falta da merenda, de boas condições de ensino e aprendizagem, movimentamos e construímos coletivamente nossas lutas e saberes. Foi um momento crucial em minha vida. Pela primeira vez, as tantas inquietações não eram apenas coisas da minha cabeça, mas, naquele compartilhar, eram combustível para entender melhor tamanhas desigualdades e construir necessárias

mudanças. Foi um movimento vitorioso, apesar de tão atacado.

Nesse mesmo ano, influenciado por aquelas vivências e com interesse no estudo e compreensão sobre a sociedade, graças a outras vitórias de lutas históricas, as cotas de escola pública e renda familiar me possibilitaram ser aprovado na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. O primeiro de minha família em uma universidade pública, me tornei graduando em Ciência Política e Sociologia.

Quando ingressei na universidade, foi um impacto muito grande em minha vida. Pela primeira vez, tive um contato direto com pessoas de todas as regiões do país e do continente, assim como com outros idiomas, culturas, classes e realidades bem distantes daquelas que tinha por referência até então. De colegas que já passaram férias na Europa, possuíam casa, carro, herança, "dinheiro no banco e parentes importantes"; a outras que vinham de interiores ainda mais distantes e pequenos no mapa, com vidas também marcadas por violências e desigualdades. A universidade era um poço de diversidade. Ali compreendi que minha magreza, a "biqueira", os "parceiros" mortos ou presos, a racialização dos corpos, o aluguel, a merenda, o auxílio (ou falta de), o estudo, tudo tinha uma dimensão política.

A partir de disciplinas como *Fundamentos da América Latina, Pensamento Político e Social Latino-Americano, Pensamento Político Marxista e Sociologia Brasileira*, o aprofundamento e interesse teórico sobre a realidade da América Latina e em específico sobre a formação social brasileira, foi sendo cada vez mais constante. Ainda que haja na América Latina e Caribe uma série de traços comuns em relação a idiomas, culturas e um sistema de dominação social e política; há particularidades na forma como cada Estado e Sociedade foram sendo constituídos, que evidenciam a necessidade de constantes pesquisas coletivas para compreender as particularidades de cada formação social na totalidade daquilo que compreendemos por *Nuestra America*, uma complexidade de múltiplas determinações que compõem essa unidade do diverso.

Os estudos formulados a partir dessas contribuições, me conduziram para o interesse específico na área do Pensamento Social Brasileiro, a fim de compreender as possibilidades desde esse campo em entender as especificidades da formação social brasileira, e traçar um amplo panorama acerca do colonialismo e escravismo até a sociedade de capitalismo de tipo dependente. Esses fatores evidenciaram como as relações de domínio e poder eram compostas por múltiplas determinações de classe, raciais e de gênero, havendo a necessidade de um aprofundamento e articulação conjunta dessas temáticas à compreensão de dada estrutura política e econômica.

Como apontado por Márcio Farias (2019), o chamado Pensamento Social Brasileiro se constituiu ao longo do processo histórico de formação do Estado-nação, caracterizando-se por uma tentativa de explicar a originalidade e atraso dessa formação social, e:

[...] buscando compreender as relações que permitiram a constituição de uma sociedade subordinada aos países do centro da economia mundial, bem como uma tentativa de elaboração teórica, no que diz respeito a busca pela compreensão das formas econômicas, políticas e sociais para superação desse quadro na redefinição das relações sociais internas. Também é uma característica do pensamento social brasileiro, a tentativa da proposição de uma identidade nacional que redefinisse e criasse a possibilidade de amalgamento entre brancos, negros e indígenas. Pressupõe, portanto, uma profunda reflexão sobre relações raciais, sobretudo, quando da discussão sobre a conformação do povo brasileiro (Farias, 2019, p.62-3).

Realizadas essas primeiras considerações, apontamos para uma agenda de pesquisa coletiva que busque compreender, a partir de uma revisão bibliográfica de obras clássicas do Pensamento Social Brasileiro, como se constituiu e foi interpretado todo esse processo de conformação dessa formação social e as produções teóricas sobre esta, bem como suas contribuições para compreensão das relações de poder e domínio de classe e raciais. Assim, auxiliando na compreensão das particularidades histórico-sociais no conjunto da formação sócio histórica latino-americana.

Portanto, afirmamos que toda essa reflexão realizada acima merece elaborações que extrapolam os limites dessa pesquisa, aprofundando a complexidade e critérios das questões que são apresentadas. Mas, a partir delas, conduzimos nosso estudo no presente escrito, com a seguinte questão: **quais as particularidades da formação social brasileira e como se constituem as relações de raça e classe nesta?**

Para tanto, nos inserimos nessa agenda de pesquisa coletiva que visa estudar, comentar e dialogar criticamente com obras clássicas do chamado pensamento social brasileiro, a fim de coletivamente ampliar nossas compreensões acerca do Brasil e as possibilidades de necessárias transformações dessa sociedade tão desigual, aliando teoria e prática política. A partir dessa provocação central, buscamos entender desde as obras e autores que temos por objeto nesse momento, *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura: **qual a compreensão de cada autor a respeito das características gerais da formação social brasileira? E, como as relações de classe e raça são interpretadas por eles?**

Ao analisarmos essas obras clássicas, não podemos ignorar as tensões e contradições que permeiam o debate acadêmico e teórico-político. Por que alguns autores e suas obras recebem mais destaque e reconhecimento do que outros? Por que



intelectuais como Clóvis Moura, com suas significativas contribuições, permaneceu por muito tempo marginalizado nos meios acadêmicos e no destaque como “clássico” do pensamento social brasileiro? Essas questões nos levam a refletir não apenas sobre os critérios de valorização do conhecimento, mas também sobre as dinâmicas de poder e hegemonia presentes na produção e disseminação dos saberes.

Nesse sentido, considerando essas reflexões que condicionaram essa pesquisa, podemos apontar algumas justificativas para elaboração da mesma. Em um primeiro momento, o necessário **diálogo crítico entre perspectivas diversas** nos auxiliam na compreensão de visões distintas, complementares ou não, sobre a realidade brasileira, em especial no que diz respeito às relações raciais e de classe. Logo, uma revisão bibliográfica que explore e tensione esses fatores, enriquece o entendimento sobre a complexidade dessa realidade social e histórica. Assim, com uma primeira aproximação ao estudo de história das ideias, a **contextualização histórica e social** acerca dos contextos específicos de produção de cada obra e vida dos autores nos possibilita entender as dinâmicas e desafios de suas épocas, contribuindo para o entendimento das influências teóricas e políticas que moldaram o pensamento de cada um. Junto a esses fatores, o estudo dessas obras nos possibilita o apontamento da **relevância contemporânea** de cada interpretação, dialogando criticamente com as mesmas a fim de contribuir para a reflexão crítica sobre questões atuais de relações de poder e domínio de raça e classe no Brasil.

Portanto, desde uma agenda de pesquisa coletiva há a possibilidade de uma **ampliação do debate acadêmico**. Ao expor, comparar e contrastar ideias presentes nas obras de Gilberto Freyre e Clóvis Moura, podemos ampliar os debates acerca do entendimento da formação social, identidade nacional, desigualdades sociais e raciais, etc., contribuindo para novas pesquisas e reflexões no campo das ciências humanas de maneira geral e do pensamento social brasileiro especificamente. E, desde uma produção teórica no curso de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, há a contribuição no apontamento das particularidades sócio históricas que constituem nosso continente, para que assim possamos entender melhor aquilo que nos diferencia e nos integra.

Com isso, há também a **valorização de perspectivas marginalizadas**, como por exemplo a obra de Clóvis Moura, um intelectual negro e comunista com vasta produção teórico-política que segue “às margens” das produções hegemônicas sobre a formação e pensamento social no Brasil. Comparar diferentes contribuições também nos ajuda a

valorizar perspectivas que foram historicamente subalternizadas, bem como aliar a teoria à prática política para necessárias transformações. Assim, um estudo de revisão bibliográfica que explore as obras de Gilberto Freyre e Clóvis Moura se justifica pela relevância e atualidade dos temas abordados, considerando a necessidade de ampliar e enriquecer o debate acadêmico sobre a sociedade brasileira, o pensamento social e suas complexidades.

É importante ressaltar que não propomos aqui uma reflexão ou tese "original". Ao contrário, como já mencionamos, partimos de um diálogo com uma longa agenda de pesquisas coletivas de intelectuais que contribuíram e seguem contribuindo no campo do pensamento social brasileiro e do pensamento crítico latino-americano. Assim, não são questões que "começam em nós"; tampouco "findaram". Mas fazemos parte e, fazendo parte, tomamos partido.

A metodologia utilizada nesta pesquisa teve um caráter de **Revisão Bibliográfica**, realizando um movimento complementar de **1-** seleção de bibliografia ; **2-** leitura ; **3-** fichamento e **4-** síntese; e de aproximação metodológica com o campo de **História das Ideias**, considerando alguns aspectos do contexto histórico e biográfico de produção das obras estudadas e sua relevância para o contexto geral da pesquisa e problemáticas. Como critérios na escolha da bibliografia central, consideramos fundamentalmente a relevância das obras em questão no conjunto da produção teórica dos autores. Para as referências bibliográficas que comentam e dialogam com as obras centrais, adotamos os critérios complementares de **1-** Expertise Acadêmica, priorizando comentadores que sejam reconhecidos como especialistas nos temas abordados; **2-** Relevância Temática, escolhendo comentadores que tenham relevância no campo de estudo relacionado à formação social brasileira e ao pensamento social, de modo a oferecer *insights* significativos sobre as obras estudadas; **3-** Diversidade de Perspectivas, a partir de distintas abordagens teóricas, possibilitando uma análise mais abrangente das obras e suas contribuições.

Por se tratar de obras extensas em forma e conteúdos, optamos por selecionar trechos que expressam uma síntese temática das interpretações realizadas pelos autores a respeito de **1-** teses centrais da obra ; **2-** considerações sobre características gerais da formação social brasileira; e, **3-** compreensão das relações de raça e classe.

Junto a essa introdução, este escrito está composto por outras três partes complementares, sendo dois capítulos e considerações finais.

No primeiro capítulo, temos por objetivo analisar a importância e influência teórica

de Gilberto Freyre, em especial a obra *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, para o pensamento social brasileiro, no que diz respeito à compreensão de características gerais da formação social brasileira e das relações raciais e de classe. Para tanto, em um primeiro momento falaremos sobre alguns dados biográficos do autor, suas influências teóricas e o contexto de produção da obra. Em um segundo momento, iremos traçar uma síntese de algumas partes da obra que temos por objeto, buscando demonstrar desde as palavras do autor à sua compreensão do Brasil e das relações raciais e de classe. Na terceira e última seção deste capítulo, abordaremos as contribuições de Gilberto Freyre com a obra *Casa-Grande & Senzala* para o pensamento social brasileiro, trabalhando com algumas referências teóricas que comentaram sua obra, a fim de demonstrar críticas e controvérsias em torno dela, para que possamos compreender melhor suas possibilidades e limites.

Semelhantemente, no segundo capítulo, temos os mesmos objetivos ao analisar a importância e influência teórica de Clóvis Moura, em especial a obra *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. Para tanto, em um primeiro momento falaremos sobre alguns dados biográficos do autor, suas influências teóricas e o contexto de produção da obra. Em um segundo momento, iremos traçar uma síntese de algumas partes da obra que temos por objeto, buscando demonstrar desde as palavras do autor à sua compreensão do Brasil e das relações raciais e de classe. Na terceira e última seção, abordaremos as contribuições de Clóvis Moura com a obra *Rebeliões da Senzala* para o pensamento social brasileiro, trabalhando algumas referências teóricas que comentaram sua obra, a fim de demonstrar a crítica às ideologias dominantes e disputa teórico-política promovida pela mesma.

Na última parte desse presente escrito, *Considerações em Movimento*, realizamos algumas considerações acerca dos desafios dessa pesquisa e limitações de ordem pessoal, bem como traçamos breves conclusões a partir do debate proposto e da revisão bibliográfica realizada.

## **CAPÍTULO 1: GILBERTO FREYRE E A OBRA CASA-GRANDE & SENZALA**

### **1.1 - RESUMO DA BIOGRAFIA, INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E CONTEXTO DE PRODUÇÃO**

Gilberto de Mello Freyre<sup>1</sup> nasceu na cidade de Recife, em Pernambuco, no dia 15 de março de 1900. Filho de família com grande poder aquisitivo, seu pai, Alfredo Freyre, era catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito do Recife, e sua mãe, Francisca de Mello Freyre, era herdeira de uma tradicional família de senhores de engenho pernambucanos. Freyre, desde muito novo teve aulas particulares com reconhecidos professores estrangeiros, tendo domínio intermediário de vários idiomas ainda adolescente. Em Recife durante o secundário, estudou no Colégio Americano Gilreath, e, aos dezessete anos ingressou na Universidade de Baylor, no Texas, Estados Unidos da América, onde obteve seu título de bacharel em Artes Liberais.

A famosa dissertação *Social Life in Brazil in the Middle of Nineteenth Century*, que influenciou diretamente a produção da obra *Casa-Grande & Senzala*, foi realizada por Gilberto Freyre para a conclusão da pós-graduação de Ciências Políticas, Jurídicas e Sociais, da Universidade de Columbia, Nova York, obtendo o título de mestre. Freyre foi também um catedrático, havendo lecionado como professor extraordinário em universidades como Stanford, Michigan, Indiana, Virginia e Columbia. Foi também professor na Escola Normal e na Faculdade de Direito do Recife (1928), e na Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro (1935).

Gilberto Freyre sempre teve vinculações institucionais, tanto com universidades, quanto com órgãos de governo. Foi um dos organizadores do Primeiro Congresso Regionalista e do Primeiro Congresso Afro-Brasileiro, ambos em Recife. Eleito deputado federal pelo partido conservador e opositor ao governo Vargas, União Democrática Nacional (UDN) por Pernambuco e um dos constituintes de 1946. Apresentou o projeto de lei que em 1949 que originou a criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, importante na sistematização de estudos interdisciplinares da realidade social brasileira, em especial das regiões Norte e Nordeste, e que mais tarde em 1980 transformou-se em Fundação Joaquim Nabuco.

O antropólogo e sociólogo se casou em 1941, com Maria Magdalena Guedes Pereira, herdeira de uma tradicional família paraibana. Ambos moraram em uma

---

<sup>1</sup> Utilizamos para esse resumo um apanhado de dados biográficos sobre Gilberto Freyre presentes em *Biografia de Gilberto Freyre*, de Edson Nery da Fonseca (2006).

residência que foi uma antiga casa de engenho do final do século XVIII, no bairro de Apipucos, no Recife. E, hoje, é sede da Fundação Gilberto Freyre. Tal fato rendeu à Freyre o apelido de “o mestre de Apipucos”, título também de um interessante curta-metragem dirigido por Joaquim Pedro de Andrade(1959). Foi também escritor, pintor e destacadamente autor de uma vasta obra de estudos antropológicos e sociológicos, como *Casa-Grande & Senzala (1933)*, *Sobrados e Mucambos (1936)*, *Nordeste (1937)* entre outras; bem como de obras de ficção e de poemas. Boa parte de manuscritos originais, livros de referências e pinturas autorais, podem ser encontradas na sua antiga casa em Apipucos.

A sua principal obra, que temos por objeto nesse estudo, *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, foi publicada em diversas línguas e países, como Argentina, Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália, Venezuela, Polônia, Hungria e Portugal. A obra foi homenageada de diversas formas, teve versão teatral por José Cavalcanti Borges, composição musical de Lourenço da Fonseca Barbosa, inspirou o samba enredo de 1962 pela Estação Primeira de Mangueira do Rio de Janeiro, entre outras. Rendeu também uma série de titulações e prêmios ao autor, como Doutor Honoris Causa por diversas universidades como Columbia (1954), Coimbra (1962), Sorbonne (1965), Munster (1965), Sussex (1965); o Prêmio Anisfield-Wolf (1957) para melhor trabalho mundial sobre relações raciais, o Prêmio Aspen (1967) entre outros. Freyre recebeu também o título de “Sir, Cavaleiro Comandante do Império Britânico-KBE” concedido pela Rainha Elizabeth II em 1971.

Gilberto de Mello Freyre faleceu em Recife, Pernambuco, sua terra natal e objeto das maiores inspirações teóricas e artísticas, aos 87 anos, em 18 de julho de 1987.

\*\*\*

Gilberto Freyre iniciou o processo de produção de *Casa-Grande & Senzala* em 1930, quando, segundo o autor na famosa primeira frase da obra, teve “a aventura do exílio”. A partir desse autoexílio, o autor viajou pela Bahia, Portugal e passou brevemente por Dacar e Senegal, no continente africano (Fonseca, 2006) . Nesse momento, Freyre já tinha considerável produção escrita, havia realizado sua famosa dissertação de mestrado pela Universidade de Columbia, e passado por universidades nos EUA e Europa, inclusive havia recebido o convite para lecionar pela Universidade de Stanford. Esse período nos Estados Unidos foi crucial para a formação intelectual e teórica do autor,

principalmente pelo o impacto das diferenças e semelhanças que o processo de colonização imprimiu sobre aquela formação social comparada ao do Brasil.

Reconhecidamente um grande erudito, Freyre tinha muitas influências teóricas. O autor, utilizava-se de uma série de fontes documentais para realização de seus estudos, desde literárias à acadêmicas, como a literatura produzida por Eça de Queirós (1845-1900) e Machado de Assis (1839 - 1908), por exemplo; e também autores que teorizaram sobre o Brasil, sendo suas maiores influências o advogado e abolicionista Joaquim Nabuco (1849-1910), a etnologia do médico antropólogo Roquette Pinto (1884-1954), o antropólogo Artur Ramos (1903-1949), o médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), e o jurista e sociólogo Oliveira Viana (1883-1951), - esses últimos, destacados autores influentes nas teses eugênicas e de branqueamento no Brasil (Lima, 2014).

Academicamente, há um reconhecimento e destaque por parte de Gilberto Freyre, sobre a grande influência que o professor e antropólogo Franz Boas (1858-1942) exerceu em seus estudos. O autor afirma que Boas foi “a figura de mestre de que me ficou até hoje maior impressão” (Freyre, 2006, p.31) e que a partir de suas aulas de antropologia, aquele que mais o influenciou em seu interesse em estudar o Brasil. Cabe algumas considerações sobre Boas, pois compreendendo melhor sua produção teórico-política, é possível entender os caminhos teóricos que Freyre foi traçando, principalmente em termos de metodologias de pesquisa. Como afirma Darcy Ribeiro:

[...] la super-atención que otorga [Freyre] a los aspectos etnográficos de la descripción abarcadora - ayudado por todas las contribuciones científicas que puedan proyectar alguna luz para comprenderla -, todo esto está muy vinculado al tipo de formación académica que tuvo [...] Es herencia del viejo Franz Boas, que muy lúcidamente procuró estructurar una antropología recia como una sistemática botánica o zoológica. Una antropología mejor que ninguna en cuanto descripción sistemática, criteriosa, exhaustiva, cuidadosísima de los modelos culturales, pero desinteresada respecto a cualquier generalización teórica (Ribeiro, 1985, p.XX)

A partir de um contexto de significativas transformações econômicas-políticas no cenário brasileiro e com essas influência teóricas, Freyre colocou para si e para as pessoas de sua geração, a tarefa de “*resolver questões seculares*”, e o problema central para o autor foi destacadamente a “*miscigenação*” (Freyre, 2006, p.31). A escolha por destacar essa categoria não foi aleatória, mas influência de grandes debates que ocorriam à época. Gilberto Freyre narra um acontecimento de sua vida em que estava em um porto no Brooklyn, EUA, quando avistou homens “*mulatos e cafuzos*” descendo e se

destacando pela cor de suas peles com a neve branca do lugar. As palavras que seguem são muito expressivas, a medida em que Freyre parece buscar se desassociar de produções teóricas antecedentes, que partiam de uma leitura mais racalista eugenista, mas ainda assim, não rompe com uma perspectiva estigmatizada sobre a população estudada por ele:

[...] Deram-me a impressão de caricaturas de homens. E veio-me à lembrança a frase de um livro de viajante americano que acabara de ler sobre o Brasil: "the fearfully mongrel aspect of most of the population" [o aspecto terrivelmente mestiço da maior parte da população]. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes (Freyre, 2006, p.31, tradução nossa).

E, reforçando mais uma vez sua grande referência teórica, Freyre apresenta pontos basilares e um sentido metodológico para a produção de *Casa-Grande & Senzala*, que marca também um posicionamento teórico-político:

Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor -separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (Freyre, 2006, p.32)

Assim, a maneira como “resolver questões seculares”, em especial a *miscigenação* foi proposta por Freyre, é centralizada em uma tentativa de desassociar a “raça” como componente fundamental de explicação, considerando o componente cultural como basilar junto aos aspectos sociais e econômicos. Se em um primeiro momento esse proposto giro na maneira de abordar essas questões aparenta romper com as perspectivas mais eugenistas do final do século XIX e início do XX, em realidade, segue com o processo de estigmatização dos “aspectos raciais”, uma vez que, continua apontando tendências supostamente inerentes ao português (figura protagonista na teorização de Gilberto Freyre), ao indígena e ao negro, a fim de demonstrar o que o autor classifica como “formação da família brasileira”, como veremos a seguir. Nas palavras do autor:

A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de ‘raça’ e de ‘religião’ do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade

colonizadora. Economia e organização social que às vezes contrariaram não só a moral sexual católica como as tendências semitas do português aventureiro para a mercancia e o tráfico (Freyre, 2006, p.34).

A fim de situarmos a apresentação desta obra, a partir de um eixo central para nossa reflexão, que é identificar como o autor elabora sua teorização sobre os aspectos gerais da formação social brasileira e as relações raciais e de classe; faremos uma breve exposição dos conteúdos da obra em questão, focando principalmente no primeiro capítulo e nos apontamentos que o autor realiza sobre as características gerais e teses centrais de sua interpretação.

## 1.2 - COMPREENSÃO SOBRE BRASIL E AS RELAÇÕES RACIAIS E DE CLASSE: O EQUILÍBRIO/HARMONIA ENTRE OS ANTAGÔNICOS

*Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* é composta por um prefácio e cinco capítulos, sendo eles: *I - Características Gerais da colonização portuguesa no Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida; II - O indígena na formação da família brasileira ; III - O colonizador português: antecedentes e predisposições; IV - O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro; e, IV - O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro (continuação).*

No primeiro capítulo -e, talvez um dos mais expressivos da obra-, Freyre discorre sobre os traços gerais que deram um sentido para o processo colonial no Brasil, dando uma centralidade para o colonizador português como uma espécie de protagonista. Esse ponto que é desenvolvido também no capítulo III, já é destacado desde o início da obra, em que Gilberto Freyre aponta uma “*aptidão para vida tropical*” do português, uma vez em que este já teria tido contato com “*a Índia e a África*”, e possuía uma “*singular predisposição para colonização híbrida e escravocrata nos trópicos*”(Freyre, 2006, p.66), ponto esse que o autor defende como possível de ser explicado sobretudo por aspectos culturais do português.

Freyre destaca que a partir das aptidões do invasor português, constituiu-se no Brasil uma sociedade com base agrícola, com trabalho escravo e uma “*união*” do português com a “*mulher índia*” que possibilitou o primeiro momento de incorporação da cultura “*do índio*” com a “*do português*”, graças à “*estabilidade patriarcal da família*”, um dos traços mais destacados pelo o autor. Dessa maneira, “*formou-se na América Tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica,*



*híbrida de índio - e mais tarde de negro - na composição*”(Freyre, 2006, p.65). Segundo o autor, esses traços centrais são todos assegurados sobretudo pela figura do patriarca português, o grande proprietário “*dono de terras e escravos*”, e, portanto, aquele que possibilitou, no fim, as particularidades do Brasil quanto à formação social histórica.

Interessante destacar que Freyre busca, em vários momentos em sua obra, demonstrar como o colonizador português já não era assim “*tão puro*” de raça e etnia, na medida em que a península portuguesa teve constante contato com a África e outras partes da Europa, acabando por ser composta por uma “*indecisão étnica e cultural*”. Esse ponto é desenvolvido pelo autor, a partir de três características centrais do português que possibilitaram a colonização no Brasil ocorrer da forma como ocorreu. São eles: *a mobilidade, a miscibilidade e a aclimatabilidade*.

Quanto à *mobilidade*, Freyre defende que o português foi um dos colonizadores mais “*desbravadores*” de grandes porções de terras, contrapondo aparentemente uma metrópole tão pequena, mas com vastas porções de terras conquistadas, impulso esse que será de “*grande valia*” para a invasão das terras na América. Por *miscibilidade*, Freyre compreende o caráter do português em “*misturar-se*” com mulheres de outras etnias, dado que por muitas vezes o lugar onde a colonização começava carecia de “*capital-homem*”. Esse ponto é um dos mais absurdos e polêmicos a se destacar, na medida em que Freyre parece desenvolver aí uma espécie de justificativa e/ou romantização dos estupros sistemáticos ocorridos com o processo colonial. Quando por exemplo o autor coloca:

A escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado (Freyre, 2006, p.70).

e

Quanto à *miscibilidade*, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A *miscibilidade*, mais do que a *mobilidade*, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo preparara-os a íntima convivência, o intercuro social e sexual com raças de cor, invasora ou vizinhas da Península, uma delas, a de fé maometana, em condições superiores,

técnicas e de cultura intelectual e artística, à dos cristãos louros (Freyre, 2006, p.70-1)

Esses dois pontos são reforçados com a *aclimatabilidade*, que Gilberto Freyre destaca como a aptidão do português para se adaptar aos mais diversos climas, sobretudo o tropical. Essa “adaptação” se deve tanto ao sentido de suportar condições climáticas, quanto ao de superar necessidades físicas geológicas, como por exemplo a cultura de plantações em lugares supostamente não tão favoráveis. Freyre parece sempre balancear entre aquilo que reconhece como caráter do português, e de sua “*herança mestiça com o arabe*”, e aquilo que pontua como “*herança*” “*do índio*” ou “*do negro*”, e assim, coloca:

[...] Diante do que torna-se difícil, no caso do português, distinguir o que seria aclimatabilidade de colonizador branco - já de si duvidoso na sua pureza étnica e na sua qualidade, antes convencional que genuína de europeu - da capacidade de mestiço, formado desde o primeiro momento pela união do adventício sem escrúpulos nem consciência de raça com mulheres da vigorosa gente da terra (Freyre, 2006, p.73).

Com isso,

No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: apenas esboçadas nas ilhas subtropicais do Atlântico. A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação da família (Freyre, 2006, p.79).

Apontado esses fatores, Freyre argumenta que o invasor que nessas terras chegou, teve “*na Índia*” a possibilidade de “*povoar*” mais a região, dado que Portugal não possuía um grande contingente populacional para tanto; bem como se aproveitou das vastas terras e diversidade do solo para geração de riqueza. No entanto, a riqueza que é gerada somente pelo trabalho, dependeria da força de trabalho para realizá-la. Mas Freyre argumenta, como muitos eugenistas nos quais se baseia e volta e meia tenta se contrapor, de que o indígena não estava tão apto para as condições de trabalho mais sistemáticas, porém, por questões mais “*culturais*” que de “*etnia*”, diz ele. Com isso, houve a necessidade da força de trabalho negra, que já estava “*mais acostumada*” com a regularidade do trabalho nas plantações em África. Assim, estariam postas as condições para a formação do Brasil, ou melhor, da “*família brasileira*”, centrada em uma síntese mais que expressiva, definidora da identidade do povo brasileiro, os engenhos da

*Casa-Grande e da Senzala*, com base econômica na riqueza agrícola e do trabalho escravo, “o Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça (...) só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica”(Freyre, 2006, p.91)

Esse ponto em relação à religião católica não é de menor valia para teorização de Gilberto Freyre. Em realidade, passa a ser uma das questões mais expressivas em relação ao apontamento de como era realizado o exercício do poder político na colônia. Talvez esse fator também expresse os “exageros” cometidos por Freyre que Darcy Ribeiro (1985, p.XIII) comenta em seu prólogo, mas não deixa de ser um considerável fator explicativo de como Freyre percebia os principais embates dessa sociedade. De acordo com o mesmo “o perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege”, sendo o catolicismo o “cimento da nossa unidade”(Freyre, 2006, p.91-2). Com isso, Gilberto Freyre localiza na imposição da fé católica, a possibilidade de comunicação entre as diferentes etnias, algo que possibilitou também uma ordem mais sistemática do processo colonial. Citando Silvio Romero, o autor pontua que “no Brasil foram o catecismo dos jesuítas e as Ordenações do Reino que ‘garantiram desde os primórdios a unidade religiosa e a do direito’ “ (Freyre, 2006, p.92). Assim,

A igualdade de interesses agrários e escravocratas que através dos séculos XVI e XVII predominou na colônia, toda ela dedicada com maior ou menor intensidade à cultura do açúcar, não a perturbou tão profundamente, como à primeira vista parece, a descoberta das minas ou a introdução do cafeeiro. Se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana-de-açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo (Freyre, 2006, p.93).

A partir desses fatores, Freyre demonstra que no Brasil houve uma aristocracia colonial, em que a Igreja exerceu um importante papel na catequização das diferentes camadas da sociedade, possibilitando uma suposta unificação ideológica. Junto a isso, o autor reconhece que tal aristocracia teve diferentes formas de desenvolver sua produção econômica e realizar a manutenção desse poder, porém com o traço mais fundamental dessa organização social, pois “se o ponto de apoio econômico da aristocracia colonial deslocou-se da cana de açúcar para o ouro e mais tarde para o café, manteve-se o instrumento de exploração: o braço escravo”(Freyre, 2006, p.93). Portanto, junto ao latifúndio, o trabalho escravizado era a característica mais marcante e que mais aponta os

interesses das classes dominantes. A questão é, em que medida Freyre reconhece e analisa esses fatores de forma crítica?

Um dos pontos que podemos destacar para tentar demonstrar uma suposta crítica de Freyre, está em como o autor desenvolve sua argumentação em relação ao porquê da fome e inúmeras enfermidades da época. Ele localiza no processo da *monocultura* um obstáculo considerável para produção de uma variedade nutricional, e conseqüentemente uma satisfatória saúde física. Fator interessante, pois demonstra como o autor vai se desvinculando das leituras eugenistas que entendiam certas mazelas como traços inerentes de “*raça*” e “*miscigenação*”. Freyre, ao que parece, busca desvincular esse tipo de leitura e demonstrar os fatores econômicos que influenciaram certas misérias físicas. Quando, por exemplo, pontua:

Na formação da nossa sociedade, o mau regime alimentar decorrente da monocultura, por um lado, e por outro da inadaptação ao clima, agiu sobre o desenvolvimento físico e sobre a eficiência econômica do brasileiro no mesmo mau sentido do clima deprimente e do solo quimicamente pobre. A mesma economia latifundiária e escravocrata que tornou possível o desenvolvimento econômico do Brasil, sua relativa estabilidade em contraste com as turbulências nos países vizinhos, envenenou-o e perverteu-o nas suas fontes de nutrição e de vida (Freyre, 2006, p.96).

Freyre (2006, p.96), absurdamente afirma que, “*mais bem alimentados[...], eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas grandes e os negros das senzalas*”. Para ele, as camadas intermediárias, chamada “*população livre*”, não possuíam recursos suficientes e tampouco uma cultura alimentar variada, sofrendo grandes carências. Citando Cocagne, classifica os tempos da colônia como “*terra de alimentação incerta e vida difícil (...). A sombra da monocultura esterilizando tudo*”(Freyre, 2006, p.100). Ainda assim, tentando provar o ponto, Freyre argumenta que isso se dava de forma diferenciada com os escravizados, pois desses se buscava “*o máximo de esforço útil e não simplesmente o máximo rendimento*” (Freyre, 2006, p.107), pois o senhor de engenho teria uma “*preocupação*” em manter uma boa saúde de “*seus escravos*”, tanto por não ser uma mercadoria barata e por ser seu principal “*instrumento de trabalho*”, quanto pela forma cultural como se desenvolveu a relação entre esses. E dessa maneira, argumenta:

O escravo negro no Brasil parece-nos ter sido, com todas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrido em nossa sociedade patriarcal, e dele parece que numerosos descendentes conservaram bons hábitos alimentares,

explicando-se em grande parte pelo fator dieta - repetimos - serem em geral de ascendência africana muitas das melhores expressões de vigor ou de beleza física em nosso país: as mulatas, as baianas, as crioulas, as quadraronas, as oitavanas, os cabras de engenho, os fuzileiros navais, os capoeiras, os capangas, os atletas, os estivadores no Recife e em Salvador, muitos dos jagunços dos sertões baianos e dos cangaceiros do Nordeste (Freyre, 2006, p.107)

A partir dessa argumentação, Freyre contorna brevemente o fato de que também havia um processo de povoamento no interior do Brasil. Vale ressaltar que o autor aborda essa temática para enfatizar que mesmo no interior de seu território geográfico, a formação brasileira também possuía influência africana. O autor cita uma documentação publicada por Roquette-Pinto no arquivo do Instituto Histórico Brasileiro, que diz: “*Muitos escravos fugiam para se aquilombar nas matas, nas vizinhanças de tribos índias. A fuga das mulheres era mais difícil; de sorte que o rapto das índias foi largamente praticado pelos pretos quilombolas*” (apud. Freyre, 2006, p.108). E a partir dessa perspectiva, do processo de formação de quilombos como um paralelo do processo de povoamento realizado pelo invasor português, Freyre problematicamente argumenta:

[...] Escasseavam entre os escravos fugidos as mulheres de sua cor, recorrendo eles, para suprir a falta, "ao rapto das índias" ou caboclas de povoados e aldeamentos próximos: teriam assim espalhado o seu sangue por muita zona considerada depois virgem de influência negra. Aliás os movimentos, sertões adentro ou rio Amazonas acima, de negros fugidos, representam quase arrojo igual ao dos bandeirantes paulistas ou dos povoadores cearenses (Freyre, 2006, p.109)

Talvez a passagem anterior seja uma das mais expressivas de uma postura um tanto acrítica e mesmo cínica do “mestre de Apipucos”, dado que o mesmo expressa uma equiparação absurda como se *quilombos* e *bandeiras* fizessem parte de um grande sentido comum de povoamento dessas terras. Ao analisar o período colonial a partir de uma suposta nostalgia (Lima (2014); Ribeiro (1985)) que só cabe aos herdeiros dos colonizadores, Freyre localiza em toda ação coletiva a imagem e semelhança do que “o seus” fizeram. Porém, é curioso notar que Gilberto Freyre em suas notas menciona o trabalho de Astrojildo Pereira (ver por exemplo: nota 5. p.56), reconhecendo que havia conflitos nesse período, demonstrando o processo de luta de classes no Brasil. Diz o autor:

Aliás, os negros, no Brasil, não foram assim tão passivos. Ao contrário: mais eficientes - por mais adiantados em cultura - na sua resistência à exploração dos senhores brancos que os índios. "Os negros lutaram", escreve Astrojildo Pereira a

propósito da tese de Oliveira Viana de não ter havido luta de classes no Brasil. Para A. Pereira houve entre nós "autêntica luta de classes que encheu séculos de nossa história e teve o seu episódio culminante de heroísmo e grandeza na organização da República dos Palmares, tendo à sua frente a figura épica de Zumbi, o nosso Spartacus negro" (Astrojildo Pereira, "Sociologia ou apologética?", cit.) (Freyre, 2006, p.355)

Os quilombos (como destacaremos posteriormente ao analisar a obra de Clóvis Moura) foram máxima expressão de luta contra o escravismo, mas, mais que uma reação, foram também contínua criação política das pessoas que o formavam, sendo um contraponto radical aos interesses das classes dominantes e de maior importância na dinâmica do Brasil Colônia. Mas para Gilberto Freyre, apesar de apontar essas características conflitivas, possuem praticamente o mesmo sentido para a formação social brasileira que as bandeiras: povoar essas terras a partir de estupros sistemáticos, mesclando toda uma diversidade cultural provinda de diferentes etnias.

Nesse conjunto de afirmações, Freyre elabora sobre a influência das epidemias nessa sociedade colonial, sobretudo pelo conjunto de relações sexuais, destaca o autor. Logo na sequência da citação passada que mencionamos, o autor começa a discorrer sobre como havia uma série de doenças nesses tempos passados, que atingiram principalmente a "*brancarana*", o conjunto da população branca livre - de acordo com Freyre: "*correspondeu, em nossa organização escravocrata, ao "poor white trash" nas colônias inglesas da América*" (Freyre, 2006, p.109) - e:

[...] sobre esse elemento relativamente pouco carregado de influência ou colorido africano, é que a anemia palúdica, o beribéri, as verminoses exerceram a sua maior ação devastadora, só depois do descalabro da abolição estendida com igual intensidade aos negros e pardos já agora desamparados da assistência patriarcal das casas-grandes e privados do regime alimentar das senzalas. Os escravos negros gozaram sobre os caboclos e brancarões livres da vantagem de condições de vida antes conservadoras que desprestigiadoras da sua eugenia: puderam resistir melhor às influências patogênicas, sociais e do meio físico e perpetuar-se assim em descendências, mais sadias e vigorosas (Freyre, 2006, p.109).

Ao que parece, o destacado e suposto "anti racismo em Freyre" (Candido (1967);Cardoso (2003);Ribeiro (1985)), aparece como tentativa de inversão da forma na qual os eugenistas contemporâneos à ele, costumeiramente destacavam como as "características raciais". Freyre busca por varios momentos positivar "o africano/ o negro" como eugenicamente mais aptos para os aspectos geograficos, sociais e biologicos do território brasileiro (algo que é facilmente encontrado nos dois últimos capítulos da obra). Não antes sem mencionar a importância do "*assistencialismo patriarcal*" para esse

segmento social, praticamente exaltando positivamente o regime da casa-grande e senzala como aquele que possibilitou o desenvolvimento físico e cultural do povo negro no Brasil (evidenciado nesse tom nostálgico (Ribeiro, 1985) e de “denúncia” de certos fatores negativos do pós-abolição).

Mas toda essa argumentação, possui um sentido hipotético para tese central de Gilberto Freyre, *o da miscigenação resultar em um equilíbrio entre os antagônicos*. Com isso, o pano de fundo do escravismo é apenas a confirmação de que apesar dos apesares - ou dos quilombos e revoltas-, a sociedade brasileira equilibrava-se no antagonismo e boa relação de senhores, via de regra bondosos, e escravos, submissos e fortes, ótimos para todo tipo de trabalho, que juntos, a partir de linhas tortas, criaram o Brasil que conhecemos.

Nessa leitura quase que romântica do passado colonial, mirando esse idealizado emaranhando de culturas, Freyre exalta as relações sexuais como um dos aspectos a serem destacados para analisar a formação social brasileira, influenciando inclusive no campo político. Gilberto Freyre aponta para o que ele chama de *sifilização* como uma das marcas mais presentes, afirmando que “*Precisamente sob o duplo ponto de vista da miscigenação e da sifilização é que nos parece ter sido importantíssima a primeira fase de povoamento*”(Freyre, 2006, p.110). E assim, o autor vai traçando um cenário, ainda que também violento, carregado por uma particularidade que equilibra esses antagônicos e tornam possível quase que uma harmonia.

Há um destaque para essas relações (sobretudo nos últimos capítulos da obra, não por acaso intitulados “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”), que expressam a posição do autor sobre os inúmeros processos de violência, dando uma espécie de justificativa sociológica para esses fatos, a partir de análises sobre um suposto *sadismo e masoquismo* das diferentes classes e raças. As citações que seguem são longas, mas é necessário mencioná-las pois talvez expresse da maneira mais sintética a centralidade da forma na qual o autor analisa e justifica as relações sociais que determinaram o processo colonial e o Brasil de maneira geral:

O intercurso sexual entre o conquistador europeu e a mulher índia não foi apenas perturbado pela sífilis e por doenças europeias de fácil contágio venéreo: verificou-se - o que depois se tomava extensivo às relações dos senhores com as escravas negras - em circunstâncias desfavoráveis à mulher. Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio. O furor femeeiro do português se terá exercido sobre vítimas nem sempre confraternizantes no gozo; ainda que se saiba de casos de pura confraternização do sadismo do conquistador branco com o masoquismo da

mulher indígena ou da negra. Isso quanto ao sadismo de homem para mulher - não raro precedido pelo de senhor para moleque. Através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedos e expressivamente chamado leva-pancadas, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico (Freyre, 2006, p.113)

e

Mas esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual e doméstica, têm-se feito sentir através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos surpreendê-los em nossa vida política, onde o mandonismo tem sempre encontrado vítimas em quem exercer-se com requintes às vezes sádicos; certas vezes deixando até nostalgias logo transformadas em cultos cívicos, como o do chamado marechal-de-ferro. A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar "povo brasileiro" ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático[...]

Por outro lado, a tradição conservadora no Brasil sempre se tem sustentado do sadismo do mando, disfarçado em "princípio de Autoridade" ou "defesa da Ordem". Entre essas duas místicas - a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia - é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente europeia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia. E não sem certas vantagens, as de uma dualidade não de todo prejudicial à nossa cultura em formação, enriquecida de um lado pela espontaneidade, pelo frescor de imaginação e emoção do grande número e, de outro lado, pelo contato, através das elites, com a ciência, com a técnica e com o pensamento adiantado da Europa. Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberalidade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil. É verdade que o vácuo entre os dois extremos ainda é enorme; e deficiente a muitos respeitos a intercomunicação entre duas tradições de cultura. Mas não se pode acusar de rígido, nem de falta de mobilidade vertical - como diria Sorokin - o regime brasileiro, em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos (Freyre, 2006, p.114-5)

Portanto, a partir dessa longa exposição, podemos perceber que Gilberto Freyre apresenta uma síntese analítica do *ethos brasileiro*, calcado, segundo o que foi mencionado, em práticas violentas, é verdade, mas que são justificadas a partir de características de *sadismo e masoquismo* das diferentes partes que compõem essa formação. Assim, a sociedade brasileira foi forjada nesse *equilíbrio de antagônicos*, sem que se negue as questões de desigualdade, violência, exploração e opressão, mas que possibilitaram a estruturação particular dessa realidade, resultando contraditoriamente em algo quase que harmônico e "*dos mais democráticos, flexíveis e plásticos*".

Junto a uma perspectiva que encontra "*na vida íntima do brasileiro*" aspectos sociologicamente explicativos de como vão sendo exercido as relações sociais e políticas, Gilberto Freyre demonstra que as relações raciais são centrais para compreensão do Brasil, e compostas por uma diversidade cultural, em que cada raça possui aspectos essencializados e que são tensionados resultando em uma aproximação dos extremos. O



autor, talvez se destacando à época por “positivar” a análise sobre a população negra, afirma que: “A *mediação africana no Brasil aproximou os extremos, que sem ela dificilmente se teriam entendido tão bem, da cultura européia e da cultura ameríndia, estranhas e antagônicas em muitas das suas tendências*”(Freyre, 2006, p.116). Com isso, Gilberto Freyre formula sua original e polêmica teorização, em uma tentativa de síntese da formação social brasileira, dando centralidade para as relações raciais e os aspectos culturais que possibilitaram essa particularidade na relação entre os antagonismos sociais - e por que não, também de classe. Em conclusão, de acordo com o mesmo:

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, como já salientamos às primeiras páginas deste ensaio, um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. Acultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo (Freyre, 2006, p.116)

### 1.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: CRÍTICAS E CONTROVÉRSIAS EM TORNO DE SUA OBRA (POSSIBILIDADES E LIMITES)

É fato que a obra de Gilberto Freyre, especialmente *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, é um clássico incontornável do chamado pensamento social brasileiro. Tal qualificação não se deve somente pelo valor da obra em si, a maneira como aborda as temáticas que propõe analisar, interpretações originais e etc., mas também, e sobretudo, pela influência teórica e cultural que essa expressou sobre uma série de outras produções. Como lembra Fernando Henrique Cardoso (2003), é uma obra que, seja para criticar ou concordar, segue sendo referência para compreensão do Brasil.

Há um famoso prefácio, que o também muito conhecido e respeitado Antonio Candido, elaborou para o livro *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1995). Nele, Candido relembra que houveram três grandes contribuições teóricas para as pessoas que se interessaram em pensar e interpretar o Brasil, principalmente em termos de passado, para a geração da década de 1930; sendo a primeira delas, a obra que estamos tratando de Gilberto Freyre, posteriormente o também já citado *Raízes do Brasil* de S. B. de Holanda, junto com a *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. . Um fato interessante é que A. Candido contrasta essas obras com outras como a de Oliveira Vianna, pontuando que este estava cheio de preconceitos ideológicos e

convencionalidades, sendo essas outras, fortes influências para o pensamento progressista da época. Diz o crítico literário:

Era justamente um intuito anticonvencional que nos parecia animar a composição libérrima de *Casa-grande e senzala*, com a sua franqueza no tratamento da vida sexual do patriarcalismo e a importância decisiva atribuída ao escravo na formação do nosso modo de ser mais íntimo. O jovem leitor de hoje não poderá talvez compreender, sobretudo em face dos rumos tomados posteriormente pelo seu autor, a força revolucionária, o impacto libertador que teve este grande livro. Inclusive pelo volume de informação, resultante da técnica expositiva, a cujo bombardeio as noções iam brotando como numa improvisação de talento, que coordenava os dados conforme pontos de vista totalmente novos no Brasil de então. Sob este aspecto, *Casa-grande e senzala* é uma ponte entre o naturalismo dos velhos intérpretes da nossa sociedade, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e mesmo Oliveira Viana, e os pontos de vista mais especificamente sociológicos que se imporiam a partir de 1940. Digo isso em virtude da preocupação do autor com os problemas de fundo biológico (raça, aspectos sexuais da vida familiar, equilíbrio ecológico, alimentação), que serviam de esteio a um tratamento inspirado pela antropologia cultural dos norte-americanos, por ele divulgada em nosso país (Candido, 1995, p.9-10)

Quem também relembra esse prefácio de Antonio Candido e chama atenção para o aspecto de apontar um sentido “progressista” nessas obras, em especial a de Freyre, é Marcio Farias, no excelente ensaio *Clóvis Moura e o Brasil* (2019) . Farias, demonstra como cada um desses três autores possuem um ponto em comum, “em todos temos a tese do amálgama das três raças”(Farias, 2019, p.67), e destaca uma citação do mesmo texto de Candido, que menciona essas três referências como significativas entre a juventude de esquerda da época e diz em uma parte:

[...] os três autores citados foram trazendo elementos de uma visão do Brasil que parecia adequar-se ao nosso ponto de vista. Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos “ patriarcais” e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal (Candido, 1967, p.11 . apud. Farias, 2019, p.66)

Considerando os processos de transformação histórica e social na transição do século XIX para o XX e de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, Marcio Farias desenvolve uma importante argumentação em seu ensaio, demonstrando que o pensamento social brasileiro, que se propôs a ser também um contraponto aos eugenistas, foi muito influenciado por esse sentido quase que harmônico na maneira de analisar as relações raciais. Afirma que:

[...] na lenda da modernidade encantada, a ideia de harmonia entre raças e ou superação das contradições está presente quase na totalidade do pensamento social brasileiro, mesmo com as diferentes matrizes em que cada autor está ancorado (Farias, 2019, p.67)

Portanto, seria indevido apontar a obra de Gilberto Freyre como a que influenciou toda a produção posterior nesse sentido de reforçar o *amalgama das três raças* de modo positivado, dado que era uma espécie de “espírito do tempo” - algo que Farias demonstra com maestria no seu ensaio. Porém, é um fato que esta obra de Gilberto Freyre, foi e segue sendo uma das mais influentes nesse sentido. Possivelmente, esse é um dos principais aspectos que podemos destacar de *Casa-Grande & Senzala*, em relação às suas contribuições para o pensamento social brasileiro.

Outro exemplo dessa influência de Freyre pode ser visto nos comentários do militante comunista e crítico literário marxista Astrojildo Pereira, que afirmou que a obra do pernambucano foi tida como algo explosivo, insólito, rompendo anos de rotina e repetições. Para ele, as principais novidades foram:

la de un libro de ciencias escrito en un lenguaje literario de acento inusitado, en un lenguaje atrevidamente nuevo pero muy nuestro; un libro que daba categoría literaria a muchas palabras vulgares; y, sobre todo, un libro que tenía como protagonista central no a los héroes oficiales sino a la masa anónima (Pereira, np, apud. Ribeiro, 1985, p. X )

É certo que esses aspectos, especialmente no contexto de produção desse presente escrito, já foram muito criticados e mesmo refutados teoricamente (Cardoso, 2003). Mas é expressivo como uma série de intelectuais à esquerda, reforçaram a obra de Freyre como paradigmática e positivaram suas contribuições. A maneira como Candido afirma que essa obra influenciou o campo socialista da época, assim como Pereira (que também é citado em *Casa-Grande & Senzala* ) afirmou ser uma obra que dá *protagonismo à massa anônima* demonstra como as relações raciais no pensamento social brasileiro, mesmo quando tratadas de maneira diferente de aspectos biologizantes e eugenistas, ainda assim, ao não serem problematizadas em seus limites e contradições, não romperam com o estigma caricato e racista tão presente na maior parte dessas produções.

Contudo, há uma série de contribuições que fazem *Casa-grande & Senzala* ser tão citada e estudada. No livro *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, Nelson Werneck Sodré, destaca a obra como uma das fundamentais para os *Estudos Sociais* dessa formação, sendo um “amplo levantamento da vida brasileira” e embora subordinado a critérios antropológicos, aponta que Gilberto Freyre “busca demonstrar isenção quanto a prejuízos e preconceitos de raça” (Sodré, 1967, p.235). Fernando Henrique Cardoso classifica a obra como “perene”, dizendo inclusive que:

[...] De alguma forma Gilberto Freyre nos faz fazer as pazes com o que somos. Valorizou o negro. Chamou atenção para a região. Reinterpretou a raça pela cultura e até pelo meio físico. Mostrou, com mais força do que todos, que a mestiçagem, o hibridismo, e mesmo (mistificação à parte) a plasticidade cultural da convivência entre contrários, não são apenas uma característica, mas uma vantagem do Brasil (Cardoso, 2003, p.28)

Como podemos observar, é um traço comum entre os comentadores da obra *Casa-grande & Senzala*, apontá-la em um sentido que positiva as relações raciais na formação social brasileira. Apesar de mistificações que também contêm, acaba sendo sempre muito referenciada em um aspecto quase que “anti racista”. Bem verdade que, como lembra Candido (1967), esses aspectos talvez sejam difíceis de serem compreendidos e apontados da mesma maneira por gerações posteriores - sobretudo com os posicionamentos políticos que Freyre tomou ao longo do tempo (ver: Ribeiro (1985); Fonseca (2006) ). Mas, é bastante revelador que uma das suas principais influências esteja nesse sentido, que se contrapõem ao que já havia sido produzido hegemonicamente em relação a essas temáticas. Buscamos demonstrar um pouco dos limites presentes nessa abordagem, mas o que fica evidente, e como reforçado também por Cardoso, “Gilberto Freyre seria o mestre do equilíbrio dos contrários [...] Os contrários se justapõem, frequentemente de forma ambígua, e convivem em harmonia” (Cardoso, 2006, p.23).

Um dos textos mais destacados que comentam a obra de Gilberto Freyre, foi realizado pelo grande antropólogo Darcy Ribeiro, para a edição de *Casa-Grande & Senzala da Biblioteca Ayacucho de Caracas* (1985). Nele, Ribeiro ressalta a qualidade científica de grande documentação e análise, junto à potência literária e de escrita que há na obra de Freyre, sendo inclusive pontuada como obra de arte nesse sentido. O autor expressa uma famosa qualificação que atribuiu à obra do pernambucano, afirmando ser a obra mais importante da cultura brasileira e “el más grande de los libros brasileños y el más brasileño de los libros que hemos escrito” (Ribeiro, 1985, p.IX). Para Ribeiro, *Casa-Grande & Senzala* é no plano cultural uma espécie de paralelo do que Cervantes produziu para a cultura espanhola, Camões para Portugal e Tolstói para a Rússia. Sem dúvidas, dadas devidas proporções e exageros, essas afirmações reforçam como a obra de Gilberto Freyre, para além de concordâncias políticas e teóricas, é uma obra fundamental para compreensão de parte não só do pensamento social brasileiro em si, como da cultura em geral dessa formação social.

O antropólogo Darcy Ribeiro pontua também, a dificuldade que há em generalizar a obra de Freyre, o autor afirma que “cada vez que nos parece haberlo atrapado en la red

se nos escapa por los agujeros como si fuera una jalea” (Ribeiro, 1985, p.XII). Com isso, Ribeiro defende uma perspectiva de olhar para Gilberto Freyre como um herói semelhante à *Macunaíma*, sem caráter, permeado por todas as contradições e qualidades. Isso talvez reforce as análises que demonstramos acima, que destacam Freyre nesse plano conciliador dos contrários, visando um equilíbrio diante de tamanhos antagonismos, e, contraditoriamente, quase que criador de um quadro harmônico. Nesse sentido, comentando as principais potencialidades de *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, afirma Ribeiro:

[...] debemos darnos cuenta de que la postura aristocratica y derechista no corresponde necesariamente una inteligencia corta de las cosas, una sensibilidad embotada de las vivencias. La inteligencia y la ilustración, al igual que la finesse, son otros tantos atributos de la riqueza y de la hidalguía, como la belleza de las damas y los buenos modos de los damos. Lo cierto es que el hidalgo GF ayudó como nadie a que Brasil tomara conciencia de sus cualidades, principalmente de las nobles, a veces con demasiado pintoresquismo, pero viéndolas siempre como cosas entrañablemente nuestras, como carne de nuestra carne, vinieran de donde viniesen. Tal vez también por esto Gilberto ha ayudado como nadie a Brasil a aceptarse tal cual es, sin vergüenza de sus orígenes, reconociendo sus aptitudes para mejorar en el futuro todo lo humano (Ribeiro, 1985, p.XI)

Essas referências que mencionamos acima não deixam de reconhecer limites na obra de Gilberto Freyre. Nelson Werneck Sodré (1967) afirma que há muito pouco, praticamente nada do campo de estudo econômicos é trabalhado, limitando as contribuições para apreensão do objeto. Cardoso (2003) percebe, assim como Ribeiro (1985), uma pluralidade metodológica que se por um lado limita o fazer científico da obra, por outro, é enriquecida pela multiplicidade de fontes e abordagens. Mas ambos reconhecem que há um recorte que não deixa de ser também revelador do sentido classista da obra (e porque não, também de seus comentadores). Fernando Henrique Cardoso chega a afirmar que:

[...] No fundo, a história que ele conta era a história que os brasileiros, ou pelo menos a elite que lia e escrevia sobre o Brasil, queriam ouvir [...]  
Gilberto Freyre descreveu um Brasil que, se era imaginário em certo nível, em outro, era real. Mas, como seria gostoso se fosse verdade por inteiro, à condição de todos terem sido senhores...  
É essa característica de quase mito que dá à Casa-grande & Senzala a força e a perenidade. A história que está sendo contada é a história de muitos de nós, de quase todos nós, senhores e escravos (Cardoso, 2003, p.22)

Darcy Ribeiro, junto a todos os elogios que mencionamos, reconhece que:

[...] no puede olvidarse que, a la perspectiva del señor, del amo, corresponde una visión que es el revés de la mirada del esclavo. Dentro de ese contrapunto resalta, por ejemplo, una de las características notables de Gilberto, que es su visión nostálgica de señor de ingenios y de esclavos que él expresa sentimentalmente a

lo largo de todo el libro. Es completamente improbable que a los ojos de un contemporáneo de Gilberto, descendiente de esclavos, de la misma casa-grande, se perciba siquiera una pizca de esa nostalgia (Ribeiro, 1985, p.XXII)

O historiador e reconhecido estudioso da obra de Gilberto Freyre, Mario Helio Gomes de Lima, menciona o fato de que Freyre nasceu em tempos de transição. Havia na passagem do século XIX para o XX, um Brasil ainda em formação, que possuía antigos resquícios patriarcais e escravocratas muito presentes. Nesse sentido, Lima (2014) demonstra que Gilberto Freyre foi um arguto observador dessa sociedade patriarcal escravista que já havia sido decomposta, mas foi substancial para a formação do Brasil contemporâneo. O historiador observa que a obra de Gilberto Freyre ora foi crítica, ora complacente sobre seus ancestrais, e que “O seu gosto pela cultura popular nunca excluiu o fascínio pela aristocracia, expresso muitas vezes numa empatia nostálgica (Lima, 2014, p.185-6). Apesar dessas características, Lima pondera que Freyre se destacou com sua elaboração teórica se diferenciando da mentalidade brasileira da época, em que era muito comum uma perspectiva de superioridade dos brancos e da cultura europeia sobre negros e indígenas, e “nada tinha da visão cordial e de democracia étnica associada ao Brasil de hoje, sendo em grande parte resultado de elaborações teóricas de autoria de Freyre” Lima, 2014, p.187). Feita essa análise, Mario H. G. de Lima afirma que há em Freyre um projeto teórico político, ainda que haja limites, trata-se de:

Um projeto de paz ancorado em diversos eixos: no das relações raciais e étnicas, no exercício pleno da mestiçagem; na visão da temporalidade, concebendo a união de passado, presente e futuro num só tempo, o trípico; e até na metodologia essa matriz integradora se afirma, pois sempre foi multidisciplinar e interdisciplinar a visão de ciência de Freyre (Lima, 2014, p.190-1)

Apesar dessas ponderações, é um traço comum positivar a análise culturalista de Gilberto Freyre em relação à *mestiçagem*. Como fica evidente nas citações que mencionamos mais acima, parece haver um apontamento da maior possibilidade da obra de Freyre analisar as relações raciais a partir de uma ótica que relativiza as múltiplas violências, visando um *amalgama das três raças*. Acaba surgindo um mito de que apesar dessas *tristes raças*, esse encontro resultou em uma feliz formação social, rica e diversa culturalmente. Os processos de opressão, embora reconhecidos, foram justificados em boa medida por uma abordagem psicologizante a partir dos conceitos de *sadismo* e *masoquismo*, que também foram utilizados para analisar o exercício do poder político. Assim, esse conjunto de antagonismo foi equilibrado em um quadro harmônico. Essas

características foram servindo como substância para um conceito - que a bem da verdade não é nem mencionado na obra -, a *democracia racial*<sup>2</sup>. Como bem pontua Márcio Farias:

O patriarcado tipicamente harmônico e benevolente de Freyre, ancorado numa reinterpretação psicanalítica para compreender a realidade brasileira, sem dúvida é uma das mais vigorosas e persistentes metáforas de um Brasil harmônico. Ainda que não tenha escrito antes de 1964 uma linha sequer com os dizeres “democracia racial”, foi em Freyre que essa tese ganhou nova substância e se alastrou entre o pensamento social Brasileiro (GUIMARÃES, 2001) (Farias, 2019, p.69)

O reconhecimento dessas possibilidades e limites que as contribuições de Gilberto Freyre apresentam para o pensamento social brasileiro e para a compreensão do Brasil, é revelador de como as contradições entre os antagonismos expressas em *Casa-Grande & Senzala* são em algum nível contradições presentes para além da teorização do autor. O Brasil foi sim forjado por longo e violento processo de colonização, em que a partir de diversas relações de poder e domínio, raciais, patriarcais e de classe, determinou-se uma sociedade com ampla multiplicidade cultural. Ainda assim, os antagonismos seguem sendo a maior expressão da grande desigualdade resultante de tanta opressão e exploração. A grande questão é: até que ponto essas contradições ao serem conciliadas no plano teórico-ideológico, expressam parte da solução “de questões seculares” (Freyre, 2006); e, até que ponto servem como *arma ideológica de dominação* (Moura, 2014) para uma possível manutenção da ordem?

---

<sup>2</sup> Não teremos aqui condições de elaborar devidamente as amplas discussões acerca (do *mito*) da *democracia racial*, dado ser algo que extrapola a obra que temos por objeto nesse momento, e que ganha contornos mais complexos a partir de uma análise de história do pensamento social e dos movimentos sociais no Brasil. Indicamos a leitura de *Significado do Protesto Negro* (Fernandes, 2017) ; *Por um Feminismo Afro Latino Americano* (Gonzalez, 2020) e *Uma história feita por mãos negras* (Nascimento, 2021).

## CAPÍTULO 2: CLÓVIS MOURA E A OBRA *REBELIÕES DA SENZALA*

### 2.1 - RESUMO DA BIOGRAFIA, INFLUÊNCIA TEÓRICAS E CONTEXTO DE PRODUÇÃO

Clóvis Steiger de Assis Moura<sup>3</sup> nasceu na pequena cidade de Amarante, no Piauí, no dia 10 de julho de 1925. Filho de uma família de classe média decadente, seu pai, Francisco de Assis Moura, um homem negro, e sua mãe, Elvira Steiger Moura, uma mulher branca de origem alemã. Em busca de melhores condições de vida, em 1935 a família se mudou para a cidade de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, onde seu pai conseguiu se tornar funcionário público. Clóvis Moura foi matriculado no Colégio Diocesano Santo Antônio, recebendo uma educação escolar de rigorosa disciplina por padres maristas, fato que contribuiu para sua posterior rebeldia. Logo em sua adolescência, publica seu primeiro artigo, “*Libertas quae sera tamen*”, abordando a Inconfidência Mineira, no jornal estudantil *O Potiguar*.

Nos anos de 1940, a família de Clóvis Moura se mudou para o estado da Bahia, em um primeiro momento residiam em Salvador, devido a questões profissionais do pai. Ali foi o primeiro contato do futuro sociólogo com jovens intelectuais e militantes comunistas que atuavam no então Partido Comunista do Brasil (PCB). Nessa época, o movimento cultural e literário “Academia dos Rebeldes”, que tinha como membros pessoas como Edison Carneiro, Jorge Amado e Vivaldo da Costa Lima, exerceu profunda influência em Moura, tanto no interesse pela literatura e poesia, quanto por questões de aprofundamento teórico que promoviam um engajamento político. Mais tarde a família se mudaria para Juazeiro, também no estado da Bahia, mas Clóvis Moura seguiu tendo vínculo com a intelectualidade de Salvador, bem como aproximação com o PCB. Nessa época, o autor começou a ensaiar e publicar seus primeiros artigos jornalísticos e textos literários, estabelecendo contato com a revista *Literatura*, fundada por Astrojildo Pereira.

Em 1949, Clóvis Moura já possuía uma considerável participação nas atividades do PCB na capital baiana, trabalhando como redator do jornal diário *O Momento*, divulgando atividades partidárias, notícias do Brasil e estrangeiras e textos literários. Já nos anos 50, Moura mudou-se para São Paulo, tendo uma aproximação com intelectuais da *frente cultural*, como Caio Prado Jr., através do partido e do jornalismo. Nesses anos, Moura foi redator de jornais como *Diário da Noite* e *Diário de São Paulo*, também colaborou em

---

<sup>3</sup> Utilizamos para esse resumo um apanhado de dados biográficos sobre Clóvis Moura presentes em *CLÓVIS MOURA, uma biografia* de Teresa Malatian (2022).



redações e críticas para o *Correio Paulistano* e a revista *Fundamentos*. Foi também nesse período que o autor finalizou a primeira versão da sua clássica obra de juventude *Rebeliões da Senzala: Quilombo, Insurreições, Guerrilhas*.

Durante a conhecida cisão que ocorreu entre militantes do PCB no início dos anos 1960, Moura aproximou-se dos que fundaram o novo PCdoB, mantendo até o resto de sua vida uma amigável relação com o partido. Nessa década, o sociólogo piauiense também foi perseguido e vigiado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), certamente por suas atividades jornalísticas e militantes. Em 1975, Moura fundou o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas - IBEA. O autor seguiu contribuindo vastamente para produções intelectuais no campo da crítica marxista e do pensamento social brasileiro, sendo reconhecido devidamente apenas a partir da década de 1980.

Clóvis Moura manteve-se “às margens” das universidades, ao longo de sua vida foi profissional autônomo no campo do jornalismo e seu exímio autodidatismo o possibilitou a elaboração de obras fundamentais para a sociologia e historiografia brasileira. Sempre orientado pelo marxismo e com particular interesse pela temática do “negro brasileiro” e da crítica ao racismo, nunca esteve desassociado da militância do movimento comunista e do movimento negro no Brasil. O autor recebeu em 1982 o título de Doutor Notório Saber pela Universidade de São Paulo (USP). Em 1999, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) ocorreu o *Seminário 40 anos de Rebeliões da Senzala*, homenageando sua clássica obra.

Entre suas principais obras, podemos destacar: *Rebeliões da Senzala: Quilombo, Insurreições, Guerrilhas* (1959), *Sociologia Posta em Questão* (1978), *O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?* (1977), *Sociologia do Negro Brasileiro* (1988) e *Dialética Radical do Brasil Negro* (1994). Em 2004 foi publicado postumamente seu projeto desenvolvido por décadas, a importante obra *Dicionário da escravidão no Brasil*. Foi também autor de livros de poesia como *Espantinho da Feira* (1961), *Argila da Memória* (1964) e *Âncora do Planalto* (1964).

Clóvis Steiger de Assis Moura faleceu aos 78 anos na cidade de São Paulo (SP), em 2003, deixando uma vasta obra e legado exemplar como intelectual e militante.

\*\*\*

Clóvis Moura inicia a produção de *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas* em meados do ano de 1948, quando, vivendo em Juazeiro na Bahia e já

militante do PCB, ainda jovem e instigado pela temática sobre a escravidão no Brasil, e, em especial, sobre as diversas formas de protesto dos escravizados durante esse período, passa a realizar uma minuciosa e exaustiva pesquisa em acervos bibliotecários. O sociólogo piauiense afirmou que havia uma série de *barreiras históricas* na produção dessa obra. Uma delas, a dificuldade de organização sistemática dada a particularidade da sua pesquisa, pois os acervos consultados eram desorganizados e com uma diversidade muito grande de material bibliográfico. Junto a isso, Moura afirma a principal barreira, o posicionamento teórico-político entre a maioria das pessoas intelectuais da época a respeito da escravidão e a luta contra ela. Em suas palavras:

[...] talvez a mais arraigada [barreira histórica] e difundida mesmo entre historiadores e sociólogos empenhados em conhecer a nossa verdade histórica, era a de que os escravos negros, por uma série de razões psicológicas, não lutaram contra a escravidão. O processo de acomodação foi promovido, por esses estudiosos, à categoria de fator central na dinâmica social do Brasil. Ao invés de procurarem os arquivos, repetem estereótipos muito cômodos, frutos algumas vezes da nossa inércia mental e outras vezes produtos deliberados daqueles deformadores profissionais da nossa história. As fontes históricas, além do mais, não se apresentam facilmente ao pesquisador de assunto como o que abordamos, fato que explica muitos equívocos bem intencionados (Moura, 2020, p.57-8).

Um fato curioso é que Clóvis Moura havia trocado correspondências com outros intelectuais como Arthur Ramos, Donald Pierson, Édison Carneiro, Emílio Willems, mas principalmente com o seu correligionário do estado de São Paulo, o então já consagrado intelectual e militante Caio Prado Jr., a fim de ir elaborando e recebendo orientações nesse projeto. Moura comunica sobre seu interesse em pesquisar as rebeliões e revoltas durante o tempo da escravidão para Prado Jr. e recebe uma devolutiva não tão positiva acerca da suposta importância dessa temática. Quem escreve sobre esses processos é Gabriel Rocha (2020), realizando uma minuciosa pesquisa em arquivos, o qual cita a resposta de Caio Prado a Clóvis Moura:

Não pretendo com isso desanimá-lo. Mas pelo contrário, sentido pela sua carta uma grande ânsia de criação e produção intelectual, contribuir para que não se perca e desorienta essa sua qualidade. Ao propor-se um assunto para estudo, um intelectual não deve ir buscá-lo no seu íntimo, trabalhar como que de dentro para fora. O caminho a seguir é o inverso: é procurar inspiração no mundo ou no meio que o rodeia. Vejamos o caso concreto do assunto que V. escolheu: as revoltas de escravos no Brasil. V. vive numa região onde a escravidão nunca teve grande papel. Acrescente-se a isso o fato de não encontrar a seu alcance fontes informativas conveniente, e a conclusão se impõe: para realizar seu trabalho, V. terá que desenvolver um esforço descomunal, e ele não alcançará com certeza o nível que V. aspira (Prado Júnior, 1949, apud. Rocha, 2020, p.9).

Felizmente, Moura seguiu com sua pesquisa e concluiu uma primeira versão logo em 1952. É necessário afirmar que essa obra de Clóvis Moura, embora tenha sido elaborada majoritariamente durante o fim da década de 1940, e concluída no início da década de 1950, foi publicada pela primeira vez somente em 1959, pois não teve apoio editorial para sua publicação. Também trocando correspondência com Caio Prado Jr., que era dono da editora Brasiliense, recebeu uma outra negativa. O intelectual paulistano afirmou que faltavam recursos para a publicação desejada pelo jovem piauiense, e que também os investimentos da editora estavam voltados para a publicação de obras de Monteiro Lobato, outro proprietário da mesma (Rocha, 2020). Junto a esse fator, a obra passou por transformações no que diz respeito ao seu conteúdo expositivo, foram acrescentadas novas fontes bibliográficas e notas de rodapé em versões posteriores, havendo quatro edições ao todo, sendo dos anos de 1959, 1972, 1983 e 1988. Porém, esses aspectos que ampliaram o texto original não alteraram significativamente sua estrutura e conclusões. Pelo contrário, como afirma o próprio autor a esse respeito: “[...] essas novas pesquisas apenas confirmaram aquilo que já havíamos dito desde a sua primeira edição” (Moura, 2020, p.29).

Clóvis Moura possuía grandes indagações a respeito da forma como hegemonicamente o pensamento social brasileiro teorizava acerca da escravidão no Brasil, e, especialmente a forma como era analisado o que, para o autor, era o centro analítico da formação social brasileira nesse período, o antagonismo entre senhores e escravizados. Em entrevista concedida a Pedro de Oliveira e Bernardo Joffily da *Revista Principios*, ele afirmou que as produções teóricas da época em que escreveu *Rebeliões da Senzala* eram aparadas por uma ideologia racista, e que, de um lado justificavam a escravidão, e, de outro, normalizavam a condição das classes subalternizadas a partir de uma compreensão de que descendiam de uma “raça inferior” (Moura, 1995).

Desde uma militância comunista e influenciado por teorias sociais marxistas, as quais influenciaram toda a produção teórica de Moura (Farias, 2019), o autor questionava como poderia ser compreendida a luta de classes nessa formação social particular, originada de um processo de colonização e com modo de produção escravista. A partir de influências de obras clássicas como o ensaio *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Jr. , e as contribuições de Edson Carneiro - mas também, clássicos do pensamento social como o culturalismo de Arthur Ramos e Gilberto Freyre, e a literatura de Jorge Amado e José Lins Rego (Oliveira, 2009) -, interessava para ele entender qual o fundamento e papel político exercido ao longo desse período histórico pelos movimentos

de pessoas negras escravizadas, em particular, e todas as formas de revoltas durante esse processo. Porém, era um tema considerado secundário, desenvolvido esporadicamente, e com uma estigmatização desse passado. Era comum que esses antagonismos fossem tratados a partir de um prisma culturalista, analisando e apontando supostos traços culturais essencializados em determinada etnia e as relações entre as diferentes culturas que compunham a formação brasileira (tendo expressão maior na análise e contribuição teórica de Gilberto Freyre, como vimos no capítulo anterior). Afirma Clóvis Moura:

[...] O conflito social era substituído pelos choques culturais. E com isto a escravidão ficava apenas como um pano de fundo estático onde ele se operava. Nessa posição se postaram quase todos os que escreveram sobre a escravidão moderna no Brasil a partir de Nina Rodrigues [...] A tônica foi sempre a mesma: o estudo de duas culturas, os seus níveis de convergência e divergência, as posições antagônicas do seu mundo religioso, da sua culinária, dos seus gostos musicais, indumentária, linguagem etc.

A escravidão era vista como elemento suplementar à realidade na qual se realizavam esses choques de culturas [...] Os choques, os conflitos, as fugas e outras formas não-institucionais de resistência social eram atribuídas às suas diferenças religiosas, familiares e organizacionais. O cultural substituída, assim, o social concreto e dinâmico (Moura, 2020, p.31-2).

A partir dessa análise geral sobre a tônica que era produzida a maioria das teorizações que abordavam a escravidão no Brasil e os conflitos raciais e de classe nesse período, Clóvis Moura (2020, p.36-7) aponta criticamente três principais vertentes que se complementam e distanciam em alguns momentos, mas de maneira semelhante, foram e são influentes no pensamento social brasileiro. A primeira delas é a que Moura classifica como *culturalista*, tendo como principal expoente o sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre, e que promovia essa perspectiva de estudo e categorização de traços culturais de “diferentes raças” e os choques entre distintas culturas. Outra vertente é a *psicanalista*, influenciada, de acordo com ele, por critérios presentes nas obras de Freud, Adler e Jung, e que interpretava as pessoas negras durante a escravidão com conceitos psicanalíticos, podendo ser citado como exemplo a obra de Artur Ramos. E também, a vertente *biotipológica*, que analisará o comportamento das pessoas escravizadas a partir de supostas consequências de seu “biotipo”, influenciadas e promotoras de teorizações eugenistas, podendo ser citado como exemplo a obra de Oliveira Vianna.

Essas vertentes possuem em comum, além da forma como estigmatizam e promovem uma teoria racista sobre as pessoas escravizadas, analisar a importância dessas pessoas para a formação brasileira de forma secundária e submissa. Contrapondo-se a essas perspectivas teóricas, Moura afirma que seu trabalho “procura

estudar a participação do escravo como força dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico” (Moura, 2020, p.62). Assim, Clóvis Moura contribuiu significativamente para o pensamento social brasileiro com essa obra ainda de juventude, mas que foi paradigmática e influenciou de modo geral toda sua produção posterior (Farias, 2019), bem como foi pioneira na maneira em que apresentou uma análise sistemática da luta das pessoas negras escravizadas contra o escravismo.

## 2.2 - COMPREENSÃO SOBRE BRASIL E AS RELAÇÕES RACIAIS E DE CLASSE: O ANTAGONISMO RADICAL: *SENHORES E ESCRAVOS*

A obra *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*, feita por Clóvis Moura, é um ensaio monográfico composto, em sua versão final, por onze capítulos, sendo: 1. *Características Gerais* ; 2. *Escravos nos Movimentos Políticos*; 3. *Quilombos e Guerrilhas*; 4. *Insurreições Baianas*; 5. *Durante o Domínio Holandes*; 6. *A República de Palmares*; 7. *Revoltas em São Paulo*; 8. *O Quilombo do Jabaquara*; 9. *O Escravo Negro e o Sertão*; 10. *Tática de luta dos escravos*; e, 11. *Conclusões*. A fim de delimitar a compreensão que o autor elabora a respeito de sua interpretação da formação social brasileira e das relações de raça e classe, focaremos nos aspectos gerais apresentados pelo mesmo em diversos capítulos.

Clóvis Moura inicia seu ensaio apontando uma caracterização sobre a escravidão no Brasil a partir de dois principais fatores, o interno e o externo. Primeiramente, o autor reconhece que houve aqui uma invasão colonial, que se desenvolveu nas primeiras décadas com feitorias atomizadas, até um modelo de donatária com sistema de estratificação social fechado (Moura, 2020, p.71). Junto a isso, havia a necessidade das nações colonizadoras, na fase de expansão comercial e mercantil, de expandir seu mercado e do acúmulo de riquezas para o desenvolvimento interno das metrópoles. Dessa maneira, a ocupação invasora de Portugal nessas terras subjugou os povos originários, impedindo seu desenvolvimento autônomo e exigindo uma forma de trabalho que os degradava social e culturalmente (Moura, 2020, p.72), visando uma produção que seria escoada para a Europa.

Houve em uma primeira fase, um sistema de escambo e espécie de colaboração mútua, dado às possibilidades de troca. No entanto, logo foi imposta uma dominação total aos povos indígenas, os subordinando de acordo com os interesses dos colonizadores. Formas de dominação como as aplicadas pelos jesuítas e pelas Companhias de Jesus,

impuseram os padrões culturais de Portugal e destruíram os valores dos habitantes que aqui estavam. Também a imposição de um ciclo laboral cada vez mais rígido e exigente na produção e extração de matéria-prima, estranhos aos indígenas, foram responsáveis por uma defasagem que “levou a que a população indígena se fosse marginalizando progressivamente do processo produtivo” (Moura, 2020, p.73).

Porém, os interesses da Metrópole estavam em explorar ainda mais as possibilidades daquela nova Colônia, a fim de desenvolver mais seu poderio econômico e acumulação de riquezas para o desenvolvimento interno de Portugal. Os braços servis dos povos que aqui estavam, bem como a pequena quantidade de colonos vindos da Europa, eram insuficientes para o trabalho nas grandes frações de terra. Somado a esses fatores, o “tráfico” de especiarias e outros produtos foi se transformando de “simples atividade de *pirataria* em atividade mercantil, com o emprego de grandes somas de dinheiro na aquisição de veleiros, equipagens, portos e contratação de material humano para o comércio de carne humana” (Moura, 2020, p.74). Dessa forma, ocorreu gradativamente a substituição da força de trabalho indígena, pelo trabalho escravizado de pessoas trazidas da África, marcando o que Moura pontua como as três principais características nas quais se baseava a economia e a política da Metrópole nesse estágio de desenvolvimento histórico: as grandes companhias navegadoras, as grandes plantações na área colonizada e o monopólio comercial.

Clóvis Moura realiza uma profunda análise desse momento histórico de expansão comercial, destacando a importância do tráfico na criação de um comércio de proporções mundializantes, impulsionado pelas “burguesias comerciais”, e sendo a Colônia “uma consequência desse processo de expansão — através da procura cada vez maior dos gêneros destinados a suprir um mercado que se ampliava em proporções insuspeitas”(Moura, 2020, p.76). Sendo a escravidão consequência desse processo, irá determinar radicalmente a formação social brasileira, como afirma Moura:

O estabelecimento da escravidão sistemática veio subverter em suas bases o regime de trabalho até então dominante na sociedade brasileira. Essa transformação se processará em todas as formas de manifestações da vida social. Demograficamente aumentou em ritmo acelerado e ininterrupto a população da Colônia; do ponto de vista sociológico cindiu a sociedade colonial em duas classes fundamentais e antagônicas: uma constituída pelos senhores de escravos, ligados economicamente, em face do monopólio comercial à metrópole, outra constituída pela massa escrava, inteiramente despojada de bens materiais, que formava a maioria da população do Brasil Colônia e era quem produzia toda a riqueza social que circulava nos seus poros (Moura, 2020, p.77).

Dessa forma, as antigas feitorias foram sendo substituídas pelos engenhos e grandes latifúndios (fator marcante para a desigualdade presente na formação social), tendo um significativo crescimento populacional sobretudo por conta do comércio de pessoas escravizadas, que era, de um lado, “elemento fundamental da expansão econômica da Colônia [...] e, de outro, a argamassa principal da expansão demográfica” (Moura, 2020, p.78). Assim, a formação social brasileira possui suas bases nos latifúndios de monocultura e no trabalho escravizado de pessoas negras, ambos eram propriedades dos senhores de engenho, e todos determinados pelo monopólio político e econômico da Metrópole. Moura destaca e realiza uma denúncia de como essa “escravidão moderna” foi fundamental para a fase inicial de acumulação e desenvolvimento capitalista na Europa, e fator que determinou o desenvolvimento dependente interno das colônias na América Latina e África.

Não temos como foco neste trabalho desenvolver a teorização de Clóvis Moura sobre a relação das colônias com as metrópoles europeias, e como essa possibilitou o desenvolvimento do capitalismo moderno, bem como também determinou fatores estruturais das formações sociais colonizadas. No entanto, sublinhamos esse ponto como fundamental na crítica que o autor realiza à escravidão e à sua íntima relação com a chamada acumulação primitiva de capital. Em suas palavras:

[...] a existência da escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles.  
Podemos dizer, portanto, que, como cimento dos alicerces da sociedade capitalista, a escravidão durante um período de tempo relativamente longo, foi um dos seus elementos mais importantes (Moura, 2020, p.83).

Clóvis Moura destaca um fator fundamental da sociedade brasileira nesse momento: “o escravo” era tido pelo “senhor” como simples “coisa”. Esse ponto é crucial para compreensão de como essas pessoas eram tratadas na sociedade, dado que além de serem mercadorias, eram também produtoras de mercadorias e podiam ser vendidas junto aos produtos como café, açúcar e etc., “equiparado aos animais de tração que eram utilizados no funcionamento dos engenhos e em outros setores da atividade econômica”(Moura, 2020, p.115). A situação material das pessoas escravizadas era das mais degradantes, havia escassa comida para a nutrição necessária, geralmente uma espécie de “ração” à base de farinha e água, bem como nas senzalas as condições de higiene eram mínimas, sendo uma espécie de curral. Moura afirma que o tempo de vida médio de um homem jovem nessas condições era de sete a dez anos de vida (Moura, 2020, p.96), e eram submetidos às mais diversas formas de coerção, inclusive por meio

do exercício do poder político do Estado. Essas características foram marcantes ao longo de todo o período do escravismo, compreendido pelo autor a partir de duas principais fases: a primeira, que ocorre do início da invasão colonial até o marco da Lei Eusébio Queirós em 1850, quando o tráfico de pessoas escravizadas é proibido, e inicia-se a segunda fase na qual esse sistema degrada-se cada vez mais, por uma série de fatores políticos-econômicos internos e externos até a chamada Abolição<sup>4</sup>.

Durante todo o período da escravidão no Brasil, as pessoas negras escravizadas tiveram que lutar de inúmeras maneiras pela própria sobrevivência. O autor demonstra como o processo de *coisificação* à qual essas pessoas estavam submetidas, fazia com que as classes dominantes temessem constantemente possíveis revoltas e rebeliões. Dessa maneira, eram utilizadas as mais bárbaras formas de repressão contra as pessoas escravizadas, como punições públicas com chicoteamento, marcações na pele com ferro quente, instrumentos criados e utilizados exclusivamente para tortura, e mesmo decepções de partes do corpo para que “servisse de exemplo” a outros revoltosos. Esses fatores por si mesmos já são o suficiente para contestar a tese de uma sociedade harmônica, mas é importante ressaltar o fundamental: as pessoas lutavam por sua liberdade e não se submetiam passivamente ao cativeiro.

A forma mais comum de luta e resistência ao escravismo foram os Quilombos, nas palavras do autor:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirmar-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, constituindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituiu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (Moura, 2020, p.159).

A sistematização do estudo de Clóvis Moura possibilitou que ele demonstrasse como os quilombos foram um dos elementos mais presentes a serem destacados durante

---

<sup>4</sup> Posteriormente, em sua obra de maturidade, Clóvis Moura irá desenvolver mais sua teorização sobre essa classificação, chamando essas duas fases de “Escravidão Pleno” e “Escravidão Tardio”, sendo a última, um ponto fundamental para compreensão da transição do escravismo para o capitalismo dependente, bem como a superexploração e marginalização da população negra nessa sociedade. Ver: MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*/ Clóvis Moura. - 3ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.



a escravidão. O autor aponta uma diversidade regional e ampla duração histórica dessa forma de luta, que perdurou durante todo o escravismo no Brasil, sobretudo na primeira fase. De Norte a Sul, havia a presença de quilombos, geralmente iniciados a partir das “fugas para o mato”. A resistência das pessoas que se *aquilombavam* promovia um desgaste das “forças produtivas, quer pela ação militar, quer pelo rapto de escravos, fato que constituía, do ponto de vista econômico, uma subtração ao conjunto das forças produtivas dos senhores de engenho” (Moura, 2020, p.160). Portanto, “durante todo o transcurso da escravidão, o quilombola diminuía a margem de lucros que o sistema escravista proporcionava à classe senhorial” (Moura, 2020, p.193), esses fatores contribuíram para decadência e desgaste do escravismo em todo o Brasil e em diferentes momentos.

Junto a esse fator de desgaste, os quilombos possibilitaram às pessoas que faziam parte deles, sobreviverem em condições mais dignas e se organizarem a partir de outros valores, que não os do colonizador. Assim:

[...] A hierarquia que se estabelecia nos quilombos exprimia um novo sistema de valores criado pelos rebeldes, isto é, significava que a dicotomia senhor/escravo deixava de existir para se estabelecer outra que funcionava dentro dos padrões de controle dos próprios elementos do quilombo (Moura, 2020, p.160).

Esses valores são importantes de serem destacados, pois como aponta Moura, são traços culturais africanos que possibilitaram uma organização hierárquica distinta da que era imposta pelo escravismo, possibilitando um desenvolvimento da agricultura local, da fabricação de armas e da forma de governo (Moura, 2020, p.160). Dessa maneira, o autor argumenta que esses “valores tribais” possibilitavam os escravizados a lutar contra a escravidão, reestabelecendo “valores da tribo” e extinguido o estado de sujeição a que eram submetidos (Moura, 2020, p.179). O autor cita alguns exemplos, como o Quilombo de Campo Grande, que estendia-se pelas capitânicas de Minas Gerais e Goiás, e possuía forte sistema organizativo e de segurança. Há inclusive a hipótese de que esse quilombo era em realidade um conjunto de quilombos, “interligados por diversos escalões de interesse, tendo em vista o bem comum” (Moura, 2020, p.166). De acordo com as documentações consultadas por Moura, esses quilombos possuíam reis e rainhas, mas se assemelhavam ao sistema de uma *república*, outro traço cultural de origem africana (Moura, 2020). Semelhante caso pode ser mencionado no mais famoso e importante quilombo em termos de extensão territorial e duração histórica: o Quilombo dos Palmares.

Denominada por Clóvis Moura como *República de Palmares*, foi o exemplo mais significativo de luta na forma de quilombo durante o período do escravismo no Brasil. Palmares, de acordo com Moura, teve uma duração histórica de 1630 à 1695, e ocupou boa parte da capitania de Pernambuco, na região da Serra da Barriga, onde hoje é o estado de Alagoas. Aproveitando a densidade das matas da região, a fertilidade da terra e a disponibilidade de água, as pessoas que fugiam do cativeiro aglomeravam-se em diversos núcleos de povoamento, os chamados “mocambos” (Moura, 2020, p.299-300). O quilombo foi uma ameaça constante ao trabalho dos colonos, pois além do desgaste de perda de “mão de obra” dos senhores de engenho, devido ao grande número populacional dos ex-escravizados que ali se aglomeravam, os quilombolas se apropriavam de uma série de mantimentos que conseguiam pela região, favorecendo a manutenção dos mocambos e influenciando novas fugas e revoltas. Além do mais, havia uma potente organização militar e política que possibilitou a resistência de Palmares durante as tantas incursões promovidas pelos colonizadores para destruir o quilombo. De acordo com Moura:

[...] Era Palmares, como já foi acentuado por Nina Rodrigues e Edison Carneiro, uma imitação dos muitos reinos existentes na África, onde o chefe é escolhido entre os mais capazes na guerra e de maior prestígio entre eles. Esse rei governou até o ano de 1678 quando, havendo negociado a paz com os brancos, perdeu o prestígio entre seus pares e foi assassinado, tendo sido substituído por Zumbi, que passou à História como líder incontestável e herói de Palmares. Além do rei, porém, a República era dirigida por um Conselho composto dos principais chefes dos quilombos espalhados pela região. Esse Conselho que constituía, ao que parece, a mais importante instância deliberativa da República, reunia-se periodicamente, quando havia assunto de interesse justificado e importado - a paz ou a guerra etc.-, e funcionava na capital de Palmares, sob a presidência do rei Ganga-Zumba. Eram membros deste Conselho: o Ganga-Zona (irmão do rei), chefe do macambo de Subupira, segunda cidade da República; Pedro Capacaça, Amaro, Acoritene, Osenga, Andalaquituche e Zumbi. Nos seus respectivos mocambos esses membros eram chefes absolutos (Moura, 2020, p.301).

A heróica história do Quilombo dos Palmares merece menções e elaborações à parte<sup>5</sup>, mas destacamos aqui o seu caráter de constante resistência, inclusive na luta contra colonizadores portugueses e holandeses, bem como a influência que exerceu sobre outros povoamentos e formas de luta contra o escravismo. Como destaca o autor, tal influência dos fatos possui também uma dimensão cultural de folclore e lenda na história do Brasil (Moura, 2020, p.299), mas que não deixou de ser um processo real de

<sup>5</sup> Além do capítulo “*República de Palmares*” presente nessa obra de Clóvis Moura, indicamos o estudo do clássico livro de Edison Carneiro, *O Quilombo dos Palmares* (Carneiro, Edison. O Quilombo dos Palmares. 2ed. - São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1958 ), e o capítulo “*Sociologia da República de Palmares*” da obra *Sociologia do Negro Brasileiro*, também de Clóvis Moura (MOURA, Clóvis, 1925-2003. Sociologia do negro brasileiro/ Clóvis Moura. -- 2ed. - São Paulo: Perspectiva, 2019).

luta de longa duração histórica e de disputa política contra e em resistência ao escravismo. Portanto, um fato histórico que não foi mero detalhe, mas um fenômeno de substancial importância no desgaste do sistema escravista e que influenciou na forma como as classes dominantes foram exercendo a repressão, buscando conter ao máximo experiências similares.

Moura sistematiza outros tantos exemplos de quilombos e elabora teoricamente sobre suas histórias e organizações internas, como o Quilombo do Jabaquara, o Quilombo de Manuel Congo, o Quilombo de Campo Grande, etc. O autor chama atenção, também, para a influência que essa forma de luta teve na região do Nordeste, citando exemplos como os quilombos de “Jacuípe, Jaguaripe, Maragogipe, Muritiba, Campo de Cachoeira, Orobó, Tupim, Andaraí, Xiquexique” (Moura, 2020, p.184) - fator interessante para esse presente estudo, dado ser a mesma região que Gilberto Freyre destaca na sua obra *Casa-Grande & Senzala* - e, citando Borges de Barros, afirma que essa região foi um centro de convergências para o governo colonial, não somente para “repressão aos índios que assaltavam os estabelecimentos e povoações, como para destruição de quilombos e mocambos de negros fugidos, os quais se tornavam temerosos nos assaltos das estradas” (Barros, apud. Moura, 2020, p.184-5).

Havia também outras formas de luta e resistência ao escravismo, como por exemplo as constantes guerrilhas, que muitas vezes eram um “elemento complementar do quilombo”. Diferente do quilombo, que buscava aglutinar as pessoas escravizadas que conseguiam fugir e “procurava dar-lhes uma estrutura organizativa estável e permanente”, as guerrilhas eram táticas móveis, que costumavam atacar estradas, apropriando-se de mantimentos que não havia ou não eram produzidos nos quilombos. Com isso, “eram seus componentes também sentinelas avançadas dos quilombos, refregando com as tropas legais, os capitães do mato e os moradores da vizinhança” (Moura, 2020, p.160). Citando como exemplo as táticas de guerrilhas que ocorreram na província de Pernambuco, durante o século XIX, Clóvis Moura demonstra como eram realizadas e organizadas essas formas de luta:

[...] Essa tática deixará em desespero os dirigentes da Província. Unidos aos escravos das senzalas — com quem mantinham estreito contato — serão sempre bem informados e nunca trarão combate de envergadura, mas desgastarão com ataques de flanco seus adversários até o fim. Nunca serão derrotados. Usarão armas de fogo e não constituirão grupos muito consideráveis, durante os ataques. Grupos de 10 ou 12, bem armados e montados, serão suficientes para ocupar vilas e povoados, onde conseguiam viveres e de onde se retiravam em seguida.

Várias expedições foram enviadas contra eles, sem resultado. Jamais ocuparão território. O movimento é sua salvação (Moura, 2020, p.384).

As guerrilhas, junto aos quilombos, foram também elementos responsáveis pela união tática de negros escravizados com povos indígenas, que “também lutavam contra a escravidão, constituindo força capaz de atacar inesperadamente os senhores de engenho” (Moura, 2020, p.162) que ficavam alarmados e temerosos com essas atividades, muitas vezes buscavam recorrer à Câmara para apoio contra esses atos (Moura, 2020, p.162). Clóvis Moura cita o fato que ocorreu no combate a mocambos na Bahia:

[...] Aliados aos índios na região central da Bahia os quilombolas criariam sérios embaraços às entradas e bandeiras do ciclo baiano. Fernão Carrilho, em 1655, auxiliado pelas Companhias de Ordenanças da Torre de Garcia d'Avila e Campos do Rio Real destruiu os mocambos de Geremoabo. Ao que parece, em todas as lutas dos 'índios brabos' contra os bandeirantes havia negros fugidos aliados aos indígenas (Moura, 2020, p.185).

O fato de que havia uma constante dessas lutas de escravizados e indígenas contra senhores de engenhos, fez com que o prematuro “aparelho de estado”, durante o escravismo, exercesse inúmeros papéis de repressão buscando conter tantas revoltas que davam “muito trabalho ao aparelho repressor da classe senhorial” (Moura, 2020, p.176). O autor relata, por exemplo, que em 1741 surgiu a exigência de que fosse cumprido o “Alvará de 7 de março”, o qual exigia que “fosse ferrado - ferra em brasa - com um 'F' na testa todo cativo que fugisse e fosse encontrado em quilombo, e cortada a orelha em caso de reincidência” (Moura, 2020, p.164). Assim como as já mencionadas “bandeiras”, que eram excursões financiadas pela Metrópole e por membros da classe senhorial, visando sobretudo o combate e aniquilação dos quilombos e guerrilhas, e captura de negros e indígenas que “fugiam para as matas”. A fim de evitar qualquer mudança na estrutura dessa sociedade, essas medidas eram impostas das maneiras mais brutais possíveis, afinal:

[...] Ciosos de suas posições de classe, dentro da rígida estrutura da sociedade da época, achavam os membros da Câmara que nenhum acordo devia ser negociado com os quilombolas. Seria abrir frinchas na rígida carapaça do aparelho de Estado escravocrata (Moura, 2020, p.187).

É importante mencionar que era muito comum uma união entre quilombolas e escravizados nas senzalas e escravizados citadinos. O autor menciona uma série de exemplos de como os escravizados citadinos também se rebelaram contra a condição a

que eram submetidos e influenciavam revoltas. Citando uma carta de José Venâncio Seixas, que menciona o:

[...] o perigo em que estiveram os habitantes (...) com uma associação sediosa de mulatos, que não podia deixar de ter perniciosas consequências, sem embargo de ser projetada por pessoas insignificantes; porque para se fortificarem lhes bastavam os escravos domésticos inimigos irreconciliáveis dos seus senhores, cujo jugo por mais leve que seja lhes é insuportável (Seixas, apud. Moura, 2020, p.121).

Assim, o autor demonstra como havia um nível de consciência que era contra o domínio da escravidão e do processo de *coisificação* a que eram submetidos - confrontando diretamente as teses de uma relação “harmônica” entre senhores e escravizados.

Moura também relata que na província de Minas Gerais os ex-escravizados de quilombos como o Sapucaí, Paraibuna e Pitangui, tiveram contato com escravizados citadinos a partir de sublevações nas cidades e vilas, “as autoridades destacavam sempre a periculosidade que elas revestiam” (Moura, 2020, p.172), afinal provocavam constantes insurreições armadas, utilizando-se das práticas e táticas de guerrilhas e mantendo sempre um dinâmico movimento de ataque e fuga para as matas. Nessas incursões o contato entre as pessoas escravizadas e os quilombolas fazia com que os citadinos elevassem o “nível de compreensão do fugitivo, inculcando-lhe na mente a necessidade de destruir os brancos, membros da classe senhorial” (Moura, 2020, p.172). A partir dessas inúmeras revoltas, muitas medidas repressoras foram tomadas pela classe senhorial, como a solicitação de que “nenhum escravo ou [não-branco] livre possa usar arma ofensiva ou defensiva” tanto em áreas públicas, como em habitações, podendo ocasionar “pena de morte” ao infrator (Moura, 2020, p.173).

As insurreições armadas foram outro destacado elemento de luta e resistência ao escravismo. Muitas vezes consequências de guerrilhas e ações promovidas pela união entre quilombolas, escravizados e as camadas mais pobres da sociedade insatisfeitas com o jugo colonial, exerceram importante papel na disputa política e luta pela liberdade. Clóvis Moura menciona as insurreições armadas organizadas por figuras históricas como Preto Cosme e Manuel Balaio, na metade do século XIX no Maranhão, que surgem como revolta à escravidão e às precárias condições de vida, a partir de uma aliança dos quilombos da região com a população empobrecida, que sobrevivia em meio à contradição de produzirem todos os bens nessas terras e esses serem escoados para a Metrópole através do monopólio da Companhia do Grão-Pará e Maranhão. As camadas sociais desfavorecidas por essa situação se revoltaram exigindo a queda do monopólio e

a liberdade de comércio. Esses movimentos desaguaram na conhecida “Balaiada”, que também teve participação de camadas das classes dominantes, conhecidos como “bem-ti-vis”, mas teve nos elementos quilombolas e pobres livres sua ala mais radical. Moura menciona por exemplo que “os quilombolas do preto Cosme cantavam nas ruas ocupadas de Caxias: O Balaio chegou! / O Balaio chegou! / Cadê branco? / Não há mais branco! / Não há mais sinhô!” (Moura, 2020, p.198). Foi mais uma insurreição derrotada brutalmente e que influenciou na forma como as autoridades exerciam seu poder, estabelecendo novos decretos para conter revoltas e punir os revoltosos (Moura, 2020, p.199-200).

Houveram inúmeras insurreições a partir de um descontentamento de diversas camadas menos favorecidas com a situação colonial e com a existencia da escravidão, como também as famosas insurreições baianas, elaboradas em um capítulo à parte em *Rebeliões da Senzala*, e como pontuado pelo autor:

[...] se de um lado a Província produzia uma considerável soma de produtos, do outro lado a quase totalidade dessa produção era enviada aos portos europeus, que a consumiam. Os escravos, os pequenos lavradores, sitiantes, pecuaristas, intelectuais e artesãos viviam asfixiados pelos senhores de engenho e de escravos, que usufruíam vantagens desse sistema de economia colonial (Moura, 2020, p.224).

Esse conjunto de insatisfações e revoltas não ocorreram apenas nesses casos pontuais, como ressalta Clóvis Moura:

Além dessas causas particulares e específicas da Bahia, agravava-se a crise geral do País. Havia uma conjuntura que favorecia as lutas contra o governo. Os ‘Farrapos’ levantavam-se no Rio Grande do Sul (1835); em Pernambuco os escravos levantavam-se nas fazendas, assassinando feitores; no Pará, em 1833, os Cabanos revoltaram-se contra a prepotência imperial. Na época em que se verificaram as revoltas dos escravos baianos, no Leão do Norte já estavam sendo aglutinadas as forças que liderariam a Revolução Praieira. A Balaiada, no Maranhão, em 1838, será uma continuação desse estado geral de coisas. A situação era francamente favorável às insurreições e os escravos souberam aproveitá-la. As lutas ascenderiam a tal nível que o governo imperial, amedrontado e vendo o que significaria o aumento ininterrupto do número de escravos, proibiu, em 1850, definitivamente, a entrada de africanos no País, extinguindo o tráfico (Moura, 2020, p.229).

Poderíamos desenvolver aqui mais uma série de exemplos das contribuições teóricas de Clóvis Moura em *Rebeliões da Senzala* sobre as lutas sistematizadas e elaboradas na sociologia e historiografia realizada pelo o autor. No entanto, o ponto central desse presente escrito é demonstrar como o sociólogo piauiense elaborou acerca do escravismo no Brasil não a partir de uma perspectiva ideológica de suposto “equilíbrio entre antagonismos”, mas demonstrando como na realidade o antagonismo radical da

formação social brasileira, “senhores e escravos”, foi a centralidade de toda dinâmica histórica durante esse período. Desde as lutas contra o jugo colonial, às mais diversas formas de revoltas e resistências à escravidão, foram elementos presentes ao longo de todo o território e de toda a longa duração histórica dessa primeira fase da formação brasileira, e tiveram principalmente nas pessoas negras escravizadas um protagonismo político e social.

Moura demonstra como no processo de luta as pessoas escravizadas reafirmaram radicalmente sua humanidade, rompendo com a *coisificação* a que eram submetidas, sendo um elemento “não como termo *morto* ou *negativo*, mas como termo *ativo* e *dinâmico*” (Moura, 2020, p.392), e apontando para novas possibilidades de horizontes políticos e organizativos. Assim, os quilombolas, “ao se refugiarem nas matas, mostravam aos outros a possibilidade concreta de um tipo de sociedade sem a existência do *status* degradante” (Moura, 2020, p.394), influenciando outros escravizados que não haviam considerado o problema em sua magnitude e despertando “elementos de intuição capazes de fazê-los entrar no rol dos que, através da práxis revolucionária, negavam o sistema vigente” (Moura, 2020, p.398)

E, dessa maneira, conclui Clóvis Moura:

Essas diversas formas de reação pontilharam, lastrearam todo o tempo em que existiu o trabalho escravo. E não apenas em determinados lugares mas em todas as regiões onde predominava esse tipo de trabalho. O padrão de comportamento dominante na classe senhorial, por seu turno, era também condicionado pela intermitência desses diversos tipos de reação, criando mecanismos de defesa quer ideológicos, quer institucionais através de apelos às autoridades para manutenção de tropas repressoras nos diversos locais onde havia perigo de sublevação de escravos ou onde elas se estavam verificando. Como se vê, aquilo que se chamou ‘o constante perigo que a escravaria representa’, não apenas solapava o regime de trabalho, mas atingia o comportamento da classe senhorial [...] Podemos ver à luz de uma nova perspectiva histórica e sociológica qual o papel que o quilombola desempenhou. As deformações que são feitas ou as romantizações desnecessárias poderão ser, assim, substituídas por uma análise realística e científica do assunto (Moura, 2020, p.397-8).

### 2.3 - CONTRIBUIÇÕES PARA O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: CRÍTICA ÀS IDEOLOGIAS DOMINANTES E A DISPUTA POLÍTICA NA PRODUÇÃO TEÓRICA

A obra *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas*, de Clóvis Moura, foi pioneira no processo de sistematização das lutas durante o período do escravismo no Brasil e no destaque em atribuir um significado político ao protagonismo das pessoas escravizadas. Porém, não houve em um primeiro momento o devido reconhecimento da importância da teorização do autor e de sua original contribuição para o pensamento social brasileiro. A primeira edição foi publicada somente no ano de 1959,

pela editora independente e composta por militantes comunistas, *Edições Zumbi* (Rocha, 2020). O livro teve um impacto praticamente inexpressivo na influência teórica que exerceu sobre trabalhos da época, e o reconhecimento veio apenas décadas mais tarde. Na entrevista concedida à revista *Princípios*, o autor comenta:

A primeira edição do livro teve pouca repercussão. Da crítica universitária não tive uma linha. Só começou a ser citado no Brasil depois que passou a ter referências nos Estados Unidos. Aí começaram a citar aqui. O Eugene Genovese, por exemplo, cita meu livro em um livro dele, chamando-o de excelente. Aí todo mundo se dá conta: “Oh, precisamos encontrar esse livro!”. Aí começaram a citar. O pessoal começou a levar a sério o livro, porque no começo a regra era negar a existência da luta dos escravos. Primeiro porque a escravidão era encarada como benigna, e segundo porque o negro era tido como inferior. Raça inferior que não contribuiu para o processo civilizatório (Moura, 1995, np).<sup>6</sup>

Ainda assim, não deixou de ser reconhecido desde o início por importantes intelectuais como um esforço pioneiro. Gabriel Rocha cita uma carta de Nelson Werneck Sodré a Clóvis Moura, que diz:

[...] Seu trabalho é pioneiro; considero por escrever a história das rebeliões brasileiras, e é uma grande história. Há quem sustente não haver, no Brasil, tradição de luta camponesa. Tenho dúvidas. Parece-me ao contrário, que há falta de história das lutas camponesas. Que parece a você? O seu livro está emprestado por mim a um estudioso na matéria, como fonte indispensável no assunto. Tenho tal livro em alta conta, portanto (Sodré, 1962 apud. Rocha, 2020, p.12).

Nelson Werneck Sodré também cita a obra de Clóvis Moura no seu clássico livro *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, apontando sua importância no campo de Estudos Sociais, sendo destacado como “Primeira tentativa sistemática de estudo da massa escrava e de seus movimentos de rebeldia, dissipando preconceitos e apresentando o quadro à luz de novos critérios (Sodré, 1967, p.235). Gabriel Rocha ressalta essa influência da obra de Moura para Sodré e como o historiador marxista fazia questão de mencionar sua importância teórica. A respeito desse aspecto, Rocha cita uma passagem do clássico estudo *Formação Histórica do Brasil*, em que Werneck Sodré explicita a importância da temática trabalhada na sistematização de Clóvis Moura:

Outra contradição antiga foi a que se levantou entre escravos e senhores de escravos: a história corrente tem omitido de forma sistemática os traços dessa contradição. Nos quatro séculos em que durou o trabalho escravo, entretanto foram importantes os acontecimentos que a assinalaram. Nos três primeiros, de que nos ocupamos agora, sucederam-se os motins da escravaria, as resistências, as fugas, os atentados, as violências particularmente caracterizados nos episódios dos quilombos. Ocultar uma contradição dessa natureza e dessa importância corresponde a desfigurar a história: só a sonegação reiterada vem afastando da

<sup>6</sup> Moura, Clóvis. **A História do Trabalho no Brasil ainda não foi Escrita**. Revista *Princípios*, nº 37 mai-jul/1995, pág 51-57. In: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1995/07/historia.htm> (Acesso em 10/04/2024).



atenção dos estudiosos um problema tão profundo (SODRÉ, 1979: p.162 apud Rocha, 2020, p.12).

Essas considerações são muito significativas na medida em que apontam como as preocupações centrais de Clóvis Moura na compreensão da luta de classes na formação social brasileira e no papel político das lutas dos escravizados, foram também uma forma de disputa teórica ao sistematizar esses fatores que hegemonicamente eram considerados secundários. Nesse sentido, as contribuições de *Rebeliões da Senzala* também exerceram significativas contraposições às explicações culturalistas, que tendiam a essencializar características étnicas e formular explicações a partir de choques culturais. Como afirma Gabriel Rocha, Clóvis Moura “não se limita a determinismos econômicos, porém, não desvincula os fatos da formação social e das relações de produção que os possibilitam”, compreendendo dessa maneira as tensões entre o radical antagonismo de senhores e escravizados “como expressões da luta de classes, contradições entre opressor e oprimido, explorador e explorado” (Rocha, 2020, p.14).

O especialista na obra de Clóvis Moura, Fábio Nogueira de Oliveira, demonstra como esse embasamento teórico de Moura com o campo marxista também é um dos aspectos mais importantes das contribuições teórico-políticas do autor para o pensamento social brasileiro. Era muito comum, a exemplo da obra de Caio Prado Jr. , que houvesse um foco demasiadamente na categoria de “estrutura”, deslocando “a análise ao protagonismo dos sujeitos históricos” (Oliveira, 2009, p.85). Logo, o autor de *Rebeliões da Senzala* apresenta na sua obra uma sociologia dos sujeitos históricos e das classes fundamentais da sociedade escravista, ‘senhores-escravos’. Assim, levando em consideração tanto os aspectos estruturais que possibilitaram as classes em questão, mas também a prática política dos sujeitos históricos, Clóvis Moura realizou uma singular e importantíssima sistematização da “participação escrava em movimentos políticos (de forma associada a outras camadas sociais) à formação de sociedades paralelas à colonial (como o Quilombo de Palmares)” (Oliveira, 2009, p.86). Podemos mencionar também a forma como o autor elabora sobre a tática de guerrilha, que, segundo Moura, é um “fenômeno social constitutivo do modo de produção escravista, não é um episódio eventual, esporádico; é estrutural, permanente e formador da experiência e da identidade de senhores e escravos”(Oliveira, 2009, p. 86). Esse ponto sobre a influência do marxismo e as contribuições de Moura para a compreensão da formação social brasileira também é ressaltado por Gabriel dos Santos Rocha:

A obra de Clóvis Moura, por um lado, nos possibilita compreender a pertinência do pensamento marxista nos estudos sobre o escravismo, e as relações raciais no pós-abolição: nos permite entender como o marxismo pode contribuir na análise do problema racial e na práxis política antirracismo. Por outro lado, ao inserir a questão racial na luta de classes, Moura contribui para a efetivação do marxismo enquanto ciência que busca apreender o movimento do real em sua totalidade (Rocha, 2020, p.15-6).

Semelhantes apontamentos realiza a cientista social Érika Mesquita, que reafirma como a obra de Clóvis Moura contribui, de maneira muito importante, para se pensar e compreender a história da formação social brasileira. Porém, não em um sentido meramente descritivo, e sim em “transformar o conhecimento livresco em arma para revolução”. A autora sublinha como a categoria de práxis é central na obra do sociólogo piauiense, devido ao fato de que ele não está alheio ao campo do marxismo, pelo contrário, estabelece uma original contribuição ao marxismo e pensamento social brasileiro. O processo de luta de classes vai sendo compreendido a partir dessa contribuição, sendo a ‘práxis’ das ações de rebeldia e revoltas contra o escravismo a categoria que conferia às pessoas negras escravizadas um papel de “sujeitas de sua própria história” (Mesquita, 2016). Dessa maneira:

Observou ele que a sociedade brasileira se formou através de uma contradição fundamental, senhores versus escravos, e em sendo as demais contradições decorrentes dessa, pautadas por extrema violência, aspecto central do sistema escravista. Clóvis Moura remete ao pensamento marxista quando relaciona o negro como o sujeito histórico da sua própria transformação e quando observa que as relações de produção têm como base o racismo como elemento estrutural e estruturante no Brasil. Portanto, da mesma forma que Marx entendia a classe operária como sujeito da revolução, e esta descoberta foi feita a partir da experiência com os movimentos sociais mais avançados de sua época, Clóvis coloca no negro o sujeito revolucionário e protagonista de sua autoemancipação dentro de uma práxis histórica negra (Mesquita, 2016, p.1 ).

Além dessa importância das contribuições teóricas de Clóvis Moura, em *Rebeliões da Senzala*, para o marxismo no Brasil, é muito evidente como o autor realiza uma constante disputa teórica com as perspectivas ideológicas dominantes da época, não deixando de “incomodar parte do consenso do pensamento social brasileiro acerca do lugar do africano e do negro na composição das lutas nacionais” (Da Silva, 2016, p.164). Ao reposicionar as pessoas negras como verdadeiras sujeitas da história, não apenas como força de trabalho, ou alguma forma de elemento ‘degenerado’ e/ou ‘passivo’, mas como elemento ativo na luta e na dissolução do modo de produção escravista, Clóvis Moura confronta teses como as presentes em *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. Esse fator não desqualifica o reconhecimento do autor sobre as inúmeras e

importantes contribuições culturais das pessoas africanas para a formação social brasileira, mas reposiciona a questão ao demonstrar que “o africano” foi capaz de dominar muitas vezes o colonizador, modificando importantes aspectos na vida social, privada e pública. O sociólogo demonstra esses elementos a partir do destaque que dá para “a ação e organização política, a dimensão da revolta e da insurreição, a ênfase do antagonismo, nada em equilíbrio, entre senhores e escravos” (Da Silva, 2016, p.164). Dessa maneira, “Vinha de encontro ao mito das relações harmoniosas e à tese da ausência de preconceito racial, uma vez que o ‘bom escravo’ teria sempre sabido do seu lugar” (Da Silva, 2016, p.165). Nas palavras de Mário Augusto Medeiros da Silva:

Acentuar o peso político no desequilíbrio de antagonismo colocaria em xeque, na análise de Moura, a principal decorrência analítica de seu oposto sociológico: a crítica ao princípio de democracia racial ou de equilíbrio das relações sociais racializadas à brasileira. Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas, fosse no título ou no subtítulo, demonstrava exatamente o contrário; descrevia a ação política insurrecional em diferentes lugares do Brasil, explicitando um sujeito e sua unidade de ação (o quilombo, que também figuraria como uma espécie de cidade-Estado) com um fim a ser alcançado: nada menos, muitas vezes, que a liberdade dos pares. Ou, ainda, nada menos que a destruição do antagonista imediato. Assim, tratava-se de obra que analisava o passado colonial e imperial; mas como boa parte das outras que compõem o pensamento social brasileiro, dizia muito sobre o cenário de pós-abolição republicano. A diferença é que dizia algo angulado pela ótica e ação do negro, fundamentalmente (Da Silva, 2016, p.164).

Esse contraponto às linhas dominantes na historiografia e ciências sociais brasileiras foi uma grande e necessária ousadia do autor. Na época em que foi escrito *Rebeliões da Senzala*, a ideologia dominante analisava os quase quatro séculos de vigência do escravismo a partir de uma ausência da luta de classes, compreendendo os conflitos como resultados de “choques culturais” entre africanos “bárbaros” que não se adaptaram àquele regime de trabalho, e brancos dotados de uma cultura “superior” (Ruy, 2020, p.19). Com isso, Moura “abriu ao conhecimento um ‘continente’ da história pátria - o continente conturbado e decisivo da luta de classe” (Ruy, 2020, p.20). A obra em questão “desmascara as raízes do racismo brasileiro e sua íntima ligação com estruturas de poder oriundas do passado escravista colonial”, aprofundando a compreensão “da forma particular e própria como o domínio de classes é exercido no Brasil” (Ruy, 2020, p.21).

Nesse sentido, o já mencionado ensaio *Clóvis Moura e o Brasil*, de Marcio Farias, demonstra como essa obra de Clóvis Moura possui “dois trunfos iniciais que o colocam como vanguarda da historiografia contemporânea da escravidão” (Farias, 2019, p.80). O primeiro deles é a tese de que as pessoas negras escravizadas e seus descendentes

foram sujeitos ativos na formação social brasileira, registrando a “ação política para além de um atavismo ou uma visão culturalista” (Farias,2019). O segundo ponto reside nas questões metodológicas, antecipando “o conceito de *agência*, tão caro aos historiadores brasileiros da década de 1980” (Farias,2019). Portanto:

Moura conseguiu contrapor a historiografia conservadora nas suas vertentes eugênicas e culturalistas, bem como contrapôs a vertente mais progressista de caráter estruturalista, ainda quando da sua produção e divulgação. Por fim, antecipou a agenda da nova historiografia, mas sem cair num revisionismo ou abandonar determinações gerais para segundo plano quase irrelevante (Faria, 2019, p.86).

Podemos concluir, com essa exposição, que a obra *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*, de Clóvis Moura possui um caráter de clássico incontornável para o estudo e compreensão da formação social brasileira e das relações de raça e classe que a compõem. Moura demonstra como nessa sociedade, marcada pelo colonialismo, “os conceitos de classe e raça são inseparáveis para compreensão da situação das relações sociais” (Ruy, 2020, p.24). Dessa maneira, a partir da análise dos inúmeros conflitos durante o escravismo, nos oferece um potente arsenal teórico para interpretação das contradições fundamentais,

[...] não só daquele modo de produção, mas também do capitalismo que o sucedeu e das formas políticas que, sobreviventes do passado escravista, persistem no Brasil, como o autoritarismo da classe dominante que foi gerado e nutrido no domínio da senzala pela casa-grande (Ruy, 2020, p.26).

Clóvis Moura promoveu não somente um contraponto às ideologias dominantes, como também uma disputa teórico-política na compreensão da formação brasileira. Uma sociedade calcada no colonialismo e escravismo, estruturalmente desigual, com poucos proprietários de grandes porções de terra e com muitos despossuídos e *coisificados* por aqueles. Não houve nenhuma forma de equilíbrio entre todos esses, pelo contrário, as pessoas escravizadas lutaram constantemente, e por todo o território nacional por sua humanidade e liberdade, condicionando o comportamento das classes dominantes. Assim, o autor demonstrou categoricamente como a formação social brasileira e o chamado pensamento social brasileiro são baseados em um antagonismo radicalmente “não-harmônico”.

## CONSIDERAÇÕES EM MOVIMENTO

*No Brasil da fome,  
há Quilombo  
na Serra da Barriga  
– autoria própria*

Esse presente escrito foi realizado a partir de inúmeras questões pessoais por parte do pesquisador. O processo de produção muitas vezes foi conturbado por imposições maiores e pela dificuldade de conciliar estudos com trabalhos informais. Houve muita luta e luto durante essa caminhada. Dessa maneira, embora tenhamos algumas considerações finais, é importante ressaltar que elas seguem em movimento à medida que se pretende um contínuo aprofundamento teórico nas contribuições dos autores aqui estudados e do pensamento social brasileiro de maneira geral.

Em um primeiro momento essa pesquisa foi idealizada para ser composta por três capítulos, sendo os dois que estão aqui presentes e mais um, em que tínhamos por objetivo desenvolver melhor a comparação entre ambas as obras e suas contribuições para o pensamento social brasileiro. Para que possamos encaminhar as conclusões, e, dada a necessidade de cumprir com prazos formais e algumas limitações de ordem pessoal, gostaríamos apenas de tangenciar breves considerações na comparação entre as perspectivas de Gilberto Freyre e Clóvis Moura.

A cidade de Salvador na Bahia, a mais negra fora da África, foi um significativo cenário na biografia de ambos os autores. Os diferentes relatos que afirmam a influência de suas vivências nessa terra, talvez nos ajude a apresentar um panorama geral de como cada um, à sua maneira, orientou a própria reflexão acerca da formação social brasileira. Gilberto Freyre, no processo de produção de *Casa-Grande & Senzala*, afirmou que em Salvador se encantou pela culinária preparada pelas “negras quituteiras” e pela forma como foi recepcionado por aristocráticas famílias da região. Em suas palavras:

[...] É justamente a melhor lembrança que conservo da Bahia: a da sua polidez e a da sua cozinha. Duas expressões de civilização patriarcal que lá se sentem hoje como em nenhuma outra parte do Brasil. Foi a Bahia que nos deu alguns dos maiores estadistas e diplomatas do Império; e os pratos mais saborosos da cozinha brasileira em lugar nenhum se preparam tão bem como nas velhas casas de Salvador e do Recôncavo (Freyre, 2006, p.30).

Por outro lado, quando estava realizando a pesquisa para *Rebeliões da Senzala* em acervos e em contato com intelectuais militantes de Salvador, Clóvis Moura relatou:

[...] é uma cidade negra, onde até hoje você encontra reminiscências da escravidão nas ruas, no comportamento, no tratamento que o dominante dá ao

subalterno, da posição humilde do subalternizado, de como o subalternizado se organiza, como os senhores dão ordens. Fora os problemas políticos que surgem e que muitas vezes são ecos da escravidão. Encontramos uma ideologia racista que, de um lado, justifica a escravidão e, de outro, dá o combustível para você continuar dizendo que as classes subalternizadas continuam nos espaços em que estão porque descendem de uma 'raça inferior' (Moura, 1995, np)<sup>7</sup>.

É evidente que esses relatos pessoais não expressam toda a complexidade e contribuições teóricas dos autores. Mas como podemos notar, existe uma diferença radical na maneira como ambos observaram e analisaram a realidade que objetivavam compreender. Gilberto Freyre, em sua aristocrática nostalgia relata as reminiscências culturais do país, apontando também as contribuições das pessoas negras nesse processo. Porém, o sociólogo e antropólogo pernambucano sempre ressalta sua admiração pelas classes dominantes, relativizando os inúmeros processos de opressão da ordem escravista, mas destacando uma suposta "polidez" harmônica desse cenário. Clóvis Moura, ao contrário, está sempre apontando as constantes e evidentes relações de poder e domínio presentes nessa sociedade. O autor de *Rebeliões da Senzala* não deixa de reconhecer como a formação brasileira está baseada a partir de um processo radicalmente violento de escravização de seres humanos, que não só foram subjugados no passado, como seguem sofrendo com opressões presentes, desde uma coerção direta a formulações ideológicas que buscam justificar e normalizar essa ordem.

Esses autores deixaram um significativo legado e uma vasta obra de produção intelectual que nos auxilia na compreensão da formação social brasileira e das relações de raça e classe. Embora tenham teorizado nas obras que analisamos neste escrito acerca do passado colonial do Brasil, não realizaram meras descrições de fatos históricos, mas também fizeram originais interpretações que contribuíram para a reflexão das relações presentes que se estruturam e dinamizam a partir desse passado. Com isso, merecem destaque no campo do pensamento social brasileiro, que se constituiu buscando entender a originalidade dessa formação em suas formas econômicas, políticas e sociais; reflexões que foram ao longo do tempo comumente anguladas por uma discussão sobre as relações raciais e de classe (Farias, 2019). Nesse sentido, são clássicos não apenas porque foram escritos no século passado e teorizaram sobre o passado. Mas também, porque seguem nos dando pistas sobre como interpretar a nossa realidade presente, bem como apontar possibilidades de necessárias transformações. São clássicos, porque são contemporâneos.

---

<sup>7</sup> Moura, Clóvis. **A História do Trabalho no Brasil ainda não foi Escrita**. Revista Principios, nº 37 mai-jul/1995, pág 51-57. In: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1995/07/historia.htm> (Acesso em 10/04/2024).

Considerando esses fatores, cabe um aprofundamento crítico na discussão de quais obras e autores recebem esse destaque enquanto “clássicos” e são estudadas à altura de todas suas verdadeiras contribuições. Por que alguém como Clóvis Moura, que tanto contribuiu com uma vasta e original interpretação da realidade brasileira e das relações que a constitui, ainda segue sendo tão renegado e mesmo desconhecido nos meios acadêmicos? Compartilhamos das hipóteses levantadas por significativos conhecedores e estudiosos da obra do autor, como Márcio Farias (2019), de que isso se deve também ao fato de que Moura, um homem negro, intelectual e militante comunista, teorizou a partir de ciente disputa teórico-política com os “pensadores da ordem”. Suas contribuições auxiliam a ruptura radical com uma sociedade profundamente violenta e desigual.

Não pretendemos com esses apontamentos reduzir a importância da obra e contribuições de autores como Gilberto Freyre. Esses seguem sendo grandes intérpretes da realidade brasileira, e obras como *Casa-Grande & Senzala* expressam importantes questões para compreensão da formação social brasileira e, sobretudo, para as construções ideológicas dominantes sobre esta, auxiliando as críticas teóricas. Não entendemos o processo da crítica apenas como negação, mas também como apropriação dos conhecimentos ofertados e apontamento de seus limites e contradições. Ainda assim, a pergunta se mantém: por que há clássicos tão presentes e estudados, e clássicos tão ausentes e desconhecidos? Certamente o aprofundamento teórico na compreensão do racismo e classismo no Brasil nos auxilia em nossas possíveis respostas.

Felizmente, a obra de intelectuais como Clóvis Moura está sendo cada vez mais estudada e mencionada. A partir de esforços de intelectuais e também militantes, editoras como *Anita Garibaldi*, *Editoria Adandé*, *Expressão Popular* e *Editora Dandara*, vêm contribuindo com a publicação e resgate da obra do grande sociólogo piauiense. Assim como cada vez mais há produções de artigos, monografias, dissertações e teses que abordam as contribuições do autor nos mais variados campos e temáticas das ciências humanas no Brasil. O campo da produção e publicação teórica, assim como cada interpretação e pesquisa, são também disputas políticas.

Portanto, podemos concluir que o estudo das obras *Casa-Grande & Senzala* e *Rebeliões da Senzala* é parte de um necessário movimento de reflexão e formulação teórica para compreensão da realidade brasileira, de suas particularidades quanto à formação social latino americana e do próprio pensamento social brasileiro. São marcos teóricos fundamentais para toda pessoa que pretende compreender a dinâmica das

relações de poder e domínio de classe e raça em sua complexidade. Porém, ainda que fundamentais, não são únicas. Há um grande arsenal teórico composto por originais pensadoras e pensadores, de obras clássicas, mencionadas ou não, que seguem esse necessário diálogo e movimento crítico, auxiliando na compreensão e na transformação social. Afinal, como muito bem conclui Clóvis Moura (2020, p.399) em sua obra, o pensamento desassociado da prática política é uma questão meramente escolástica.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Mário. **São Luis do Paraitinga** / Mário Aguiar - 2º ed. - São José dos Campos / SP: JAC, 2011.

CANDIDO, Antonio. **O significado de Raízes do Brasil**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p.9-21.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Um livro Perene**. In: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** / Gilberto Freyre; - 51ºed. rev. - São Paulo: Global, 2006, p.19-28.

DA SILVA, Mário Augusto Medeiros. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. *Crítica Marxista*, n.43, p.163-165, 2016.

FARIAS, Márcio. **Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico** / Marcio Farias. 1 ed - São Paulo: Editora Dandara, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** / Gilberto Freyre; - 51ºed. rev. - São Paulo: Global, 2006.

FONSECA, Edson Nery da. **Biografia de Gilberto Freyre**. In: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** / Gilberto Freyre; - 51ºed. rev. - São Paulo: Global, 2006, p.643-678.

LIMA, Mario Helio Gomes de. **Gilberto Freyre**. In: **Intérpretes do Brasil : clássicos, rebeldes e renegados** / organização Luiz Bernardo Pericás , Lincoln Ferreira Secco. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2014, p.185-203.

MALATIAN, Teresa. **Clóvis Moura: uma biografia** [recurso eletrônico] / Teresa Malatian. -Teresina: EdUESPI, 2022.

MESQUITA, Érika. **Clóvis Moura: por uma sociologia da práxis negra**. Dossiê Clóvis Moura, *Marxismo21*, 2016. In: <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/> (Acesso em 10/04/2024).

MOURA, Clóvis. **A História do Trabalho no Brasil ainda não foi Escrita**. *Revista Princípios*, nº 37 mai-jul/1995, pág 51-57. In: <https://www.marxists.org/portugues/moura/1995/07/historia.htm> (Acesso em 10/04/2024).

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. *Revista Princípios* edição 129,2014, p.4-20.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas** / Clóvis Moura. - 6 ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. **Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra** / Fábio Nogueira de Oliveira, UFF/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **Prólogo**. In: FREYRE, Gilberto. Casa-Grande y Senzala. Caracas, Venezuela. Editorial: Biblioteca Ayacucho, 1985.

ROCHA, Gabriel dos Santos. **Rebeliões da Senzala de Clóvis Moura: uma abordagem histórica da luta de classes no Brasil**. XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, São Paulo, 2020.

RUY, José Carlos. **Um clássico sobre a luta de classes no Brasil**. In: MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas / Clóvis Moura. - 6 ed. - São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira S.A , 1967.